



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Declaro oficialmente aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater desafios e oportunidades da irrigação no campo.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Zé Vitor, do PL de Minas Gerais, que convido para compor a Mesa. Ele também é autor de um projeto que transforma os pequenos barramentos em obras de interesse social.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e será gravado para ser exibido posteriormente pela *TV Câmara*.

Cada palestrante terá um tempo mínimo de 15 minutos, mas fiquem à vontade para concluir as suas apresentações.

Antes de passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Zé Vitor, quero fazer o registro da presença do Deputado Jose Mario Schreiner, colega da Comissão de Meio Ambiente, que ontem teve um papel importante no momento de nós compormos um bom acordo e conseguirmos a aprovação da Medida Provisória nº 884, de forma que todos saíram beneficiados. Nós conseguimos resolver o problema do CAR em definitivo, não vamos precisar reabrir a discussão daqui a 1 ano. Resolvemos também o problema do PRA, da questão da regularização ambiental das propriedades. Então, eu quero fazer o registro disso e agradecer ao Deputado Jose Mario, que conduziu esse trabalho dentro da Comissão Mista, da Câmara e do Senado, para discutir a presente matéria.

Tem a palavra o Deputado Jose Mario Schreiner.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., que preside a Comissão de Meio Ambiente, e o Deputado Zé Vitor, que foi o autor do requerimento desta importante audiência da Comissão do Meio Ambiente para tratar da irrigação.

Quero cumprimentar ainda o nosso Presidente da EMBRAPA, o Celso Moretti, que estará presente numa outra audiência pública aqui ao lado, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural — CAPADR. Ele veio falar exatamente sobre pesquisa, ciência e inovação da nossa EMBRAPA.

Então, eu quero só fazer esse registro e também cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas que ontem nos apoiaram na formação de um excelente acordo em prol do Cadastro Ambiental Rural — CAR e do Programa de Regularização Ambiental — PRA, temas de que trata a Medida Provisória Nº 884. A matéria da MP foi



extremamente discutida, uma vez que já vinha sendo discutida na MP 867, que encerrou seu prazo, e ontem nós tivemos a oportunidade de votá-la no plenário da Câmara dos Deputados.

Então, eu quero agradecer imensamente o seu apoio, a sua participação pessoal como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, ajudando a costurar esse acordo. A votação foi praticamente por unanimidade, Presidente da EMBRAPA, simbolicamente. Sem dúvida nenhuma, esse é um grande avanço para o setor agropecuário, para todo o Brasil e, claro, também para a questão da preservação ambiental.

Então, eu quero parabenizar a todos e fazer esse registro, cumprimentando o nosso Presidente da EMBRAPA. Sem dúvida nenhuma, eu vejo duas agriculturas e pecuárias no Brasil: a antes da EMBRAPA e a depois da EMBRAPA. Nós importávamos alimentos e hoje nós somos os maiores *players* na produção mundial de alimentos, com sustentabilidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Agradeço as palavras.

Agradeço às instituições que estão aqui presentes: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA; e EMBRAPA, representada pelo pesquisador Lineu, mas também pelo seu Presidente.

Eu sou fã da EMBRAPA. A Cynthia faz aqui na Câmara um trabalho maravilhoso de aproximar a EMBRAPA do Legislativo.

Quero agradecer também a presença do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Os expositores serão nominados pelo Deputado Zé Vitor, que irá presidir a sessão. Boa audiência pública a todos!

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Bom dia, gente!

Primeiro, agradeço a todos que aceitaram o convite para compartilhar um pouco de experiências conosco, para dividir conosco este momento, que, eu tenho certeza, vai ser positivo, produtivo, um pontapé para nós avançarmos com essa discussão dentro da Casa.

Eu vou começar convidando os expositores para comporem a Mesa conosco.

Convido o Sr. Mychel Ferraz, Coordenador Geral de Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Sra. Marília Carvalho de Melo, nossa amiga,



Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM; o Sr. Eduardo Veras de Araújo, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da CNA; o Sr. Lineu Neiva Rodrigues, nosso amigo, pesquisador da EMBRAPA; e o Sr. Valdir Juswiak, Coordenador de Instrumentos de Agricultura Irrigada do Ministério do Desenvolvimento Regional — MDR. *(Pausa.)*

Estava confirmando se o representante da ABIMAQ estaria presente, mas ele ontem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Por indicação do Neri Geller. O.k. Então, vamos continuar.

Meus amigos, eu lembro que, quando estava aprendendo com a Marília, trabalhando lá na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, na Superintendência Regional de Meio Ambiente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nós percebíamos que havia por vezes uma dificuldade de diálogo por uma barreira que nunca existiu, mas foi criada.

Eu vou só agradecer também à Deputada Mara Rocha por participar deste momento conosco. Obrigado, Deputada. Fique à vontade! V.Exa. está em casa.

Nós não podemos construir e alimentar esse obstáculo entre quem quer produzir e quem quer preservar. Não existe essa barreira.

De fato, eu fico feliz com a oportunidade que o Deputado Rodrigo Agostinho nos concedeu de estarmos aqui hoje, na Comissão de Meio Ambiente, tratando de um tema que interessa muito ao setor produtivo. Eu vejo alguns amigos que têm colaborado muito na Subcomissão Especial Políticas Agroambientais, ligada à Comissão de Meio Ambiente, em que nós temos discutido exatamente esses temas que são de interesse dos dois setores: da agricultura, da agropecuária, posso assim dizer, e também do setor ambiental. Este assunto de hoje, sem dúvida nenhuma, é um desses, que considero especiais.

Nós estamos à frente de um movimento que se chama Destrava Brasil, que tem exatamente o objetivo de vencer qualquer barreira e qualquer obstáculo existente que impeça o País de avançar. Uma das barreiras, sem dúvida, é a falta de diálogo. Mas nós temos que lembrar também que há, sim, carimbos demais, dificuldades demais, por vezes políticas públicas desajustadas, desalinhas. O propósito hoje é exatamente dar mais alguns passos para construir política pública ajustada, bem coordenada, e aprimorar a nossa legislação naquilo que for necessário.



Então, conto muito com vocês. Tenho certeza de que a manhã será muito produtiva.

Eu queria que nós já pudéssemos começar trabalhando. Vou já convidar o nosso primeiro expositor.

Mesmo quebrando um pouco da formalidade, do protocolo, espero que nós possamos, ao final, permitir que haja um diálogo, um bate-papo, uma interação com quem está nos acompanhando pela Internet e com quem está presente aqui.

Vamos começar pelo Mychel Ferraz, pode ser?

Fique à vontade, Mychel. Muito obrigado.

O SR. MYCHEL FERRAZ - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Zé Vitor, em nome da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do MAPA, do Secretário Fernando Camargo, que aqui estou representando.

Ao cumprimentar os meus amigos Lineu e Valdir, cumprimento também todos na Mesa.

Nós vamos falar um pouco dos desafios e oportunidades que nós temos trabalhado não só no MAPA, mas em todo o nosso País. Queremos principalmente falar da nossa experiência como Ministério da Agricultura, que, desde a década de 70, está trabalhando com os instrumentos crédito, assistência técnica e pesquisa e, por meio da EMBRAPA, vem realizando muitas parcerias.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos a atribuição de fomentar a expansão da agricultura irrigada e o aprimoramento do manejo das áreas irrigadas, principalmente com vistas a assegurar a elevação da produção e um fator de sustentabilidade, que é o uso eficiente da água. Nós não só temos essa Coordenação-Geral de Irrigação, mas também abrimos outra caixinha dentro do nosso Ministério, que é a Coordenação-Geral de Conservação do Solo e Água. Além disso, vai ser lançado um projeto que tem o nome de Águas do Agro, a menina dos olhos da Ministra, que vai ao encontro de toda essa questão de sustentabilidade, de uso racional de solo e água.

Nós temos também o fundamento legal, um item da política agrícola na Constituição Federal, que nos dá competência, não é, José Silvério? Ele tem acompanhado de perto essa parte legal.



A partir deste ano, em parceria com o MDR — não é, Valdir? —, com que nós estamos fazendo grupos de trabalho, vamos levar a irrigação ao Norte, como queremos.

Fazendo uma contextualização, nós próximos 25 anos, 80% dos alimentos necessários à população humana serão providos pelos cultivos irrigados. Isso é um dado da FAO divulgado desde 2012. Então, nós vamos expandir, mas levando a essa expansão a sustentabilidade.

Estas são a conjuntura atual e a futura. Há 30 milhões de hectares potencialmente irrigáveis no País. Usamos, eu acho, 14% disso, não é, José Silvério? Nós estamos produzindo em 7 milhões de hectares. Fazendo uma comparação, nós vamos levar 8 anos para produzir igual à Argentina. Então, o nosso desafio é, com o uso eficiente da água, elevar essa produção.

Temos um plano de expansão de áreas irrigadas no PPA, com a vigência de 2016 a 2019. Nossa meta é incorporar 1 milhão e meio de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária. No momento, dentro desse PPA, nós já avançamos uns 800 mil hectares. Já alcançamos 1 milhão de hectares, não é, Silvério? Esta é a mais nova estimativa. Nós temos uma meta de expansão de 300 mil hectares por ano. Vale salientar que essa expansão é da agricultura irrigada privada, o.k.?

Em relação ao planejamento das ações, até 2024 nós pretendemos expandir as áreas irrigadas em 3 milhões de hectares, o que representa um aumento médio de 8,9 bilhões de reais por ano no valor bruto da produção de grãos. Isso vai ter impactos: geração de 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos; elevação da eficiência média no uso da água na irrigação em 15%; redução da pressão sobre novas áreas de produção agropecuária; e redução de perdas agropecuárias em decorrência das variações e mudanças climáticas.

Na parte de crédito, nós temos o objetivo de adequar as linhas de crédito e seguro agrícola às peculiaridades da agricultura irrigada — montante, taxas de juros, prazos, garantias e eliminação de entraves —, tentando ao máximo fazer uma desburocratização. Na situação atual, há apoio à política agrícola na elaboração de programas de crédito específicos para irrigação. Há 11 propostas encaminhadas para o Plano Safra 2019/2020.

Temos também um trabalho que é o Programa de Fortalecimento da Irrigação no Nordeste — PROFINOR, que será lançado no próximo mês. Nós conseguimos baixar um



pouco a taxa de juros e adequá-la à sazonalidade do Nordeste, do Semiárido. Trata-se de uma parceria nossa com o Banco do Nordeste.

Os principais problemas da irrigação são: desagregação dos órgãos envolvidos; instabilidade da legislação; dificuldade de obter financiamento...

Um dos entraves é a parte de outorgas da legislação ambiental. Nós estamos tentando desburocratizar essa questão de outorga junto com os Estados.

Entre os principais problemas, cito ainda: falta de difusão e transferência tecnológica para o agricultor irrigante; falta de assistência técnica — nós precisamos voltar à assistência técnica; custo da energia elétrica, que está inviabilizando a agricultura em alguns territórios; baixa organização dos produtores; cadeias de produção desestruturadas e desarticuladas; e a insegurança quanto à continuidade nas atividades.

Então, nós temos esses problemas na irrigação. Nós estamos tentando, Deputado, fazer o máximo, formando parcerias, para tirarmos esses entraves.

Quando nós falamos de crédito, vemos que, com uma menor taxa de juros e um maior prazo, há uma expansão bem maior da agricultura irrigada. Com este gráfico, vemos que em 2013 houve um salto na expansão da agricultura irrigada bem considerável. Então, um dos nossos desafios é baixar a taxa de juros. Nós estamos trabalhando fortemente por isso com a Secretaria de Política Agrícola lá no MAPA.

Outros desafios são: garantir o aporte regularizado da água para a agricultura em face da crescente competição com outros setores da economia; racionalizar o uso da água, tornando sua utilização mais eficiente nos diversos métodos e sistemas empregados; controlar os efeitos da irrigação mal conduzida — nós estamos fazendo um trabalho junto com a EMBRAPA Semiárido de dessalinização de lotes de produção; e criar condições objetivas para a grande expansão de áreas irrigadas no País, o que nós estamos fazendo a cada dia através de pesquisa e crédito.

Muito obrigado. Fico aqui para tirar algumas dúvidas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Obrigado, Mychel.

O Mychel foi extremamente disciplinado no horário. Estou impressionado. Você tem que vir nos ensinar isso.

Convido agora a nossa amiga Marília Carvalho de Melo, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM.

A SRA. MARÍLIA CARVALHO DE MELO - Bom dia a todos.



Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite do nosso Deputado Zé Vitor, nosso colega de trabalho. Há muito tempo, ele esteve na Secretaria de Meio Ambiente de Minas coordenando uma área muito importante do nosso Estado, a região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, área que, inclusive, eu vou usar como *case* para nossa conversa.

Eu trago também um abraço do Secretário Germano, que o parabeniza por essa iniciativa e por seu trabalho na Câmara dos Deputados.

A minha função hoje é falar um pouco sobre a perspectiva do uso da água na irrigação. Claro, trago o exemplo do nosso Estado de Minas Gerais. Ao final, vou discutir um pouco as oportunidades e desafios para irrigação no campo, conforme o tema desta audiência.

(Segue-se exibição de imagens.)

É bom que nós tenhamos um cenário claro, com dados e informações, do que é a demanda pelo uso da água no Estado de Minas Gerais. Então, eu trago as nossas autorizações de uso de água concedidas no Estado por bacia hidrográfica. Podemos ver aqui que o São Francisco representa 54% da demanda de uso da água no nosso Estado — a demanda é bastante concentrada.

No que se refere a usos insignificantes, o São Francisco também está em primeiro lugar em demanda pelo uso da água, e aparecem ali as outras bacias: Grande, Doce, Jequitinhonha e outras, sucessivamente.

Neste mapa de todo o Estado de Minas Gerais, eu trago a demanda separada por finalidade de uso, ou seja, especificando quais são os usuários preponderantes por bacia hidrográfica. Vocês podem observar o setor agropecuário, destacado em verde, nas diversas bacias hidrográficas. Há 36 Unidades de Planejamento no Estado, e, na maior parte delas, o uso preponderante é do setor agropecuário — como exceção, mostramos as áreas mais urbanizadas, especialmente a Região Metropolitana de Belo Horizonte —, com destaque forte na região do sul de Minas, na região Triângulo e Alto Paranaíba e em parte do São Francisco.

Aqui apresentamos dados de autorização de uso por setor, e eles mostram a importância da gestão de águas eficiente para o avanço do setor agropecuário.

Ao mesmo tempo, nós temos desafios, como foi apresentado aqui pelo Mychel anteriormente. Eu trago o mapa do Estado de Minas Gerais mostrando regiões onde a nossa disponibilidade hídrica não é suficiente para atender a demanda dos usos múltiplos.



Isso traz ainda mais o desafio de uma gestão eficiente de recursos hídricos para os diversos usos.

Trago em destaque a região Triângulo e Alto Paranaíba, que tem a maior produtividade agrícola no nosso Estado de Minas. Nela já há sinais vermelhos e sinais amarelos, ou seja, a disponibilidade hídrica já está bastante comprometida, precisando de ações efetivas.

Isso repercute. Há áreas de conflito pelo uso da água já estabelecidas no Estado de Minas Gerais. Como os senhores podem ver, isso se destaca exatamente nessa região Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Aqui está um mapa do uso de água subterrânea. Há uma tendência, nessas áreas onde a água superficial já se torna um limitante do desenvolvimento do Estado, que haja uma migração para a água subterrânea. O setor agrícola antes pouco usava de água subterrânea, mas nessa região há uma tendência de aumento, para a garantia da sustentabilidade da produção. Então, como vocês podem ver, as áreas mais escuras, que são as de maior demanda de uso de água subterrânea, coincidem com as áreas de maior demanda de água superficial.

Eu vou destacar brevemente a realidade da área de maior produção agrícola no Estado de Minas Gerais, para depois abordar os desafios. Vemos que, na região do Alto Paranaíba, na região do São Francisco, na região de Paracatu, na região de Unaí, especialmente, o setor agropecuário também é importante em relação ao uso da água superficial. Vocês podem ver nos gráficos, em verde, a demanda de água para o setor agrícola e, nas outras cores, a demanda para outros usos, como consumo humano e uso industrial.

Aqui está destacada, então, a demanda agropecuária nessas bacias. Vocês podem ver o percentual outorgado para esse setor, mostrando mais uma vez a importância do setor nessa região.

Estas são as outorgas concedidas, os pontos de autorização de uso concedidos nessa região.

Aqui o uso de água subterrânea é destacado. Com exceção desta região intermediária, onde há uma demanda de consumo industrial, e de Paracatu, onde há um conflito pelo uso da água estabelecido em razão de uma atividade de mineração de ouro, as unidades SF8 e SF7 têm alta demanda pelo uso da água, como vocês podem ver.



Este eslaide também mostra a demanda por água subterrânea, que ainda é menor do que a por água superficial, mas também é importante para o setor.

Aqui estão os usos de água subterrânea nesta região.

Rapidamente, mostrarei as mesmas informações em relação ao Triângulo Mineiro. Em verde, os senhores podem ver a demanda para o setor agropecuário nessa região.

Aqui está o percentual de utilização de água para o setor agropecuário, variando de 60% a 88%.

Aqui estão as outorgas superficiais concedidas, aqueles pontos todos estabelecidos.

Quanto à água subterrânea, já muda um pouco a realidade nessa região, com exceção do PN1. Há uma demanda de consumo humano muito maior, especialmente no PN3 e no GD8. Ali estão Uberlândia, Uberaba, cidades-polo importantes, com população que demanda alta vazão para consumo de água.

Aqui estão as vazões outorgadas e o percentual de utilização de água por setor.

Outro ponto importante para discutirmos os desafios para o setor é a avaliação da qualidade da água. Muitas vezes a qualidade da água se torna um impeditivo para a produção, especialmente a produção agrícola.

Este é um indicador que nós utilizamos para demonstrar a contaminação por matéria orgânica, que tem uma relação forte com esgoto sanitário. Como vocês podem ver, a região de maior demanda do setor agropecuário no Estado de Minas Gerais é aquela onde há uma condição melhor de qualidade da água se comparada com outras regiões do nosso Estado. Mesmo assim, nós temos ainda alguns desafios, especialmente o do tratamento de esgoto.

Eu quero destacar quais são os principais parâmetros que geram impactos na qualidade da água nesta região especialmente. Temos ali o coliforme termotolerante E. Coli, um indicador de contaminação fecal, como a contaminação preponderante. Isso pode, de fato, inviabilizar o uso para algumas culturas. Então, é importante essa informação. Também há ali dados de turbidez e fósforo, que têm relação com o uso do solo. Na hora em que entrarmos nos desafios, mostrarei a importância das técnicas de conservação de água e solo aqui já mencionadas.

Essa informação existe, da mesma forma, para todas as bacias que eu já tinha abordado.



Aqui estão os principais parâmetros que nós temos como limite extrapolado em relação à legislação. Na Bacia do Paracatu, destacamos o parâmetro fósforo, que tem relação com a utilização de fertilizantes agrícolas, que é importante que demonstremos, e também com esgoto sanitário, e o parâmetro sólidos suspensos totais.

Aí eu entro no que é o mais importante termos em mente, dado o cenário do nosso Estado.

Aqui são mostradas as anomalias do nosso período chuvoso em Minas Gerais de 2012 a 2018. O que significam esses mapas? Eles comparam o quanto choveu no período de chuvas com a média histórica no Estado de Minas Gerais. Conforme a escala que está colocada ali embaixo, o branco indica que choveu a média esperada; as cores tendendo para o vermelho e para o amarelo indicam que choveu abaixo da média histórica; e as cores tendendo ao verde indicam que choveu acima da média histórica.

Eu desafio os senhores a acharem verde no nosso Estado. Nós temos poucos verdes, alguns no mapa correspondente ao período de 2012 a 2013, na região da Zona da Mata; depois alguns no mapa correspondente ao período de 2013 e 2014, na região do Rio Doce. Esse é um desafio posto para o setor de águas do Estado de Minas Gerais e para todos os setores usuários.

Há aí uma comprovação de que o regime de chuvas está se alterando. Eu detesto falar sobre mudanças climáticas, mesmo porque eu não sou especialista, mas as informações nos demonstram uma diminuição das chuvas no Estado de Minas Gerais em relação à média, no período histórico considerado, e, conseqüentemente, uma menor disponibilidade hídrica nos nossos corpos d'água, o que impacta sobremaneira não só o setor de irrigação, mas todos os usos múltiplos no nosso Estado.

Hoje, exatamente, nós estamos comemorando o início das chuvas. Ontem aconteceu no nosso Estado e aqui também, não é, Deputado Zé Vitor? Hoje cinco áreas estão declaradas pelo IGAM como de escassez hídrica, ou seja, a vazão que está ocorrendo no curso d'água é menor do que a vazão que utilizamos como referência para outorgar.

Aqui destaco a situação de Paracatu. A primeira foto lá em cima é do Rio Paracatu, em setembro de 2017. A foto do meio é de maio de 2019, e a foto embaixo é de setembro de 2019. Esse rio está estabelecido na Estação de Santa Isabel, no Município de Paracatu, no Ribeirão de Santa Isabel. É uma área de restrição de uso.



Esse é o desafio que nós, enquanto Estado, e todos os setores usuários temos para garantia da segurança hídrica aos usos múltiplos, a fim de garantirmos a sustentabilidade dos usos.

Nesse contexto, então, trago dados da Agência Nacional de Águas — ANA sobre a evolução da área agrícola no Estado de Minas Gerais, da área irrigada no Estado de Minas Gerais. Vemos um crescimento, até 2015, bastante significativo. Ali há uma projeção até 2030. Vejamos, em 2015, nós tínhamos uma retirada de 113, com projeção de retirada de 205m³/s, até 2030, no Estado de Minas Gerais. Como vamos nos preparar para esse cenário? Esse é um ponto muito importante.

Aqui mostro os desafios apontados pelo setor da agricultura no nosso Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais. Temos a água como recurso estratégico para o Estado. Aí entro um pouco na questão da outorga de direito de uso de recursos hídricos, como o Mychel bem mencionou. O IGAM assumiu novamente as competências de outorga desde o ano passado, dia 23 de abril, para ser mais exata, com o desafio de dar conta — não é, Bruno? — de 25 mil outorgas em passivo no Estado de Minas Gerais.

O Bruno é o Coordenador da nossa Unidade de Gestão das Águas na Região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, a quem eu quero agradecer a presença.

Esse é um grande desafio. São 25 mil outorgas em passivo. Hoje, 1 ano e pouco depois, há 17 mil outorgas em passivo. Então, nesse período em que recebemos as outorgas, cresceu o passivo e reduzimos o passivo um pouco. Só que reduzir o passivo tem uma consequência. Quanto mais eficiente o IGAM for na redução do passivo, mais conflito vamos gerar, porque essa é uma demanda represada que há ali e que precisa entrar no balanço hídrico, que eu já mostrei anteriormente, e em algumas áreas isso já é bastante crítico.

Como nós vamos fazer, então? Essa questão do uso da água, a água como recurso estratégico para o Estado, é absolutamente importante. Ouso dizer que ela é o principal insumo do setor agrícola.

Outros desafios são o de garantir segurança alimentar e nutricional, conservar e produzir e os usos múltiplos, convergindo na reservação. Também vamos falar disso um pouquinho à frente.



Fatores intervenientes. Entre eles temos a concorrência com outros usos para o setor, o que em algumas regiões é muito claro. Temos critério de estimativa de disponibilidade hídrica na outorga. Hoje, o Estado é criticado por ser conservador, porque a vazão que utilizamos para referência para outorga é a Q7,10, que, sim, é uma vazão restritiva.

Atualmente, estamos fazendo um estudo com a Universidade Federal de Minas Gerais para fazer um novo estudo de regionalização de vazão, que vai incluir a sazonalidade. É para poder utilizar mais água no período de chuva. Ao mesmo tempo, nós vamos modelar o setor de regionalização de vazão para três vazões de referência, e isso vai nos dar condição de pensar critérios regionalizados.

O Estado de Minas Gerais é absolutamente distinto ou heterogêneo do ponto de vista do comportamento hidrológico, em todas as suas regiões. Não há de se falar em uma única vazão de referência para o Estado. Nós precisamos avançar.

Um ponto de destaque que eu quero deixar é a rede de monitoramento. Nós precisamos dessa parceria com setor privado, com os usuários de água, especialmente para termos um bom monitoramento das nossas bacias hidrográficas. Eu quero destacar aqui o Fernando, da Irriganor. Estamos iniciando um trabalho piloto, uma discussão em concepção de um projeto, o que esperamos seja uma referência para o Estado de Minas Gerais, que aborda a questão da água, do monitoramento, do uso da terra. Em breve, teremos resultados significativos.

Para fechar, vou falar sobre a nossa visão em relação aos desafios.

A regularização de vazões. Nós precisamos de fato vencer os desafios. E aí eu quero deixar aqui muito claro — sempre converso com a Secretária Ana Valentin — que a área de hidrologia é absolutamente a favor da regularização do uso. Nós temos gargalos ambientais que têm que ser superados, mas só temos segurança hídrica, inclusive segundo os principais indicadores de segurança hídrica do mundo, se tivermos água reservada. Nós temos que pensar em reservação de vazão no Estado de Minas Gerais.

Sazonalidade do uso, como eu já mencionei. Em épocas de chuva, temos que ter a possibilidade de uso ou de armazenamento a mais do que no período de estiagem.

Também cito o aprimoramento na regularização dos usos. Destaco o uso eficiente. A EMBRAPA, assim como a nossa EPAMIG, em Minas, tem um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias para uso eficiente.



E há os nossos riscos: o risco de restrição de uso, como eu acabei de demonstrar no Paracatu com aquelas informações; as áreas de conflito e degradação da qualidade da água que gera impacto nos usos.

Nós estamos, no Estado de Minas Gerais, já trabalhando com a perspectiva de visão de futuro.

Somos Todos Água é um programa prioritário do Governo do Estado de Minas Gerais, que nós estamos trabalhando enquanto um plano de segurança hídrica para o Estado, com três vertentes.

A primeira vertente é a conservação e restauração da biodiversidade aquática e terrestre, que é uma vertente importante, mas não pode ser a única. Temos a vertente da infraestrutura hídrica, que é a de saneamento, controle da poluição e obras hídricas, pensando na reservação para usos múltiplos também. E a terceira vertente é a da produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos.

Então, nós trabalharíamos nesses eixos de atuação do Somos Todos Água em bacias prioritárias com o eixo gestão da oferta e gestão da demanda.

Na parte de conservação, o IEF está fazendo um trabalho que está em discussão pública, que é o de definir algumas áreas prioritárias para conservação, que estão aqui demonstradas. É uma primeira proposta e está em debate público.

Nós no IGAM iniciamos pela bacia do Paracatu uma avaliação de potencial de reuso em áreas de conflito. Esse trabalho que nós fizemos no Paracatu demonstra que conseguimos suprir 5% da demanda com o reuso de esgoto tratado, o que diminui a pressão e o conflito pelo uso da água.

Para concluir os nossos desafios, temos os usos múltiplos. Apontamos a eficiência de uso, o aprimoramento tecnológico. Nós precisamos ter uma assistência técnica melhor e mais eficiente. Nós sabemos que os grandes produtores têm, mas os médios e os pequenos não têm, infelizmente, no Brasil. Também apontamos o reuso e o monitoramento eficaz. Não gerimos aquilo que não conhecemos, então precisamos ter dados.

Quanto ao uso do solo, há técnicas conservacionistas de água e solo, como já mencionado. Minas Gerais tem a metodologia do Zoneamento Ambiental Produtivo, desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. É muito importante que essa metodologia seja, de fato, implementada em bacias críticas.



Na qualidade da água também há três ações, que já mencionei em outras vertentes: técnicas conservacionistas de água e solo, zoneamento ambiental e reuso, que vão garantir a qualidade. Precisamos trabalhar nesses três pilares para garantirmos a irrigação e a produção, com vistas à segurança hídrica e à sustentabilidade dos recursos hídricos, afinal esta é a sustentabilidade da irrigação, não só atual, mas também da irrigação futura, com aquela demanda que apresentei.

Fico à disposição para os debates.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Marília Melo. Foi muito bom.

Agora, passo a palavra ao Sr. Eduardo Veras.

O SR. EDUARDO VERAS DE ARAÚJO - Bom dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Zé Vitor, a quem agradeço o convite e parabênzulo pela iniciativa desta atividade tão importante para o País e para o mundo, que espera tanto de nós.

Muito obrigado. Em seu nome, cumprimento as demais autoridades presentes, os demais Deputados e componentes da Mesa.

Destaco a presença do Dr. Lineu Rodrigues, uma referência para nós da academia e da pesquisa. O agro é sempre dependente da ciência.

Também faço referência ao Sr. Valdir Juswiak, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Quero parabenizá-lo pelo programa que o MDR tem feito em relação aos polos de irrigação, que já foram instalados no Rio Grande do Sul, no Goiás e hoje na Bahia.

Agradeço ao Sr. Mychel Ferraz, do MAPA; à Dra. Marília Melo, do IGAM; e a todos os senhores.

Eu não sou palestrante como meus antecessores, mas procurarei trazer uma imagem do homem do campo e passar um pouco do que acontece na irrigação.

(Segue-se exibição de imagens.)

A irrigação não foi inventada por nós brasileiros. Nós já a temos desde a Antiguidade, através dos assírios e dos caldeus. Quando nós estudamos História no segundo grau, já tivemos conhecimento disso. A irrigação proporcionou ao homem sair daquele estágio de coletor para, justamente, fazer os grandes centros urbanos. Isso se deu graças a essa tecnologia, que nasceu há mais de 4 mil anos.



Tivemos exemplos disso às margens do Rio Nilo e na Mesopotâmia, nos Rios Tigre e Eufrates.

No Brasil, a história da irrigação teve sua origem no Rio Grande do Sul, durante a colonização do País, no final do século XIX, com grandes cultivos do arroz irrigado. O Brasil começou a ter uma expressiva ocupação das áreas irrigadas por volta dos anos 1970 a 1980, devido aos incentivos dos governos através de projetos e programas de combate à seca.

Aqui já abro um parênteses para falar sobre a cultura do arroz no Rio Grande do Sul. O Instituto Rio Grandense do Arroz, antigamente, na década de 80, gastava 20 mil litros de água para produzir 5 mil quilos de arroz. Hoje, com apenas 12 mil litros de água, produz-se mais de 8 mil quilos por hectare, e já há uma tendência de diminuição desse uso de água.

Nesses estudos, há outro detalhe importante na cultura de arroz. Na Barragem do Arroio Duro, recebem a água classe 3; e, após a utilização na cultura do arroz, essa água é entregue na classe 1. Também é feita uma análise de qualidade sobre o produto, e não existe residual nenhum. A qualidade do arroz produzido lá é excelente. Isso demonstra também a importância da irrigação não só para produzir alimentos mas também para devolver uma água com qualidade extremamente melhor.

Segundo a FAO, como foi comentado, o Brasil está entre os dez maiores países que irrigam. Os líderes mundiais são a China e a Índia. Hoje, segundo os nossos dados, o Brasil tem aproximadamente 7 milhões de hectares irrigados. Outro dia, estudo da EMBRAPA indicou que nós podemos chegar a 21 milhões de hectares, sem grandes esforços de infraestrutura, em um curto período de espaço. Nós temos que trabalhar sobre essa vertente para conseguirmos chegar lá.

Essa é uma lavoura de café irrigado. Eu procurei trazer as culturas que nós produzimos aqui. Nós temos muito café irrigado em Cristalina, a 120 quilômetros de Brasília. Trinta por cento da produção do café brasileiro é de irrigação, com bastante qualidade. Esse café justamente tem um alto nível e está apto a ser exportado para outros países.

Como mencionei, o Brasil tem 7 milhões de hectares irrigados, de acordo com a Agência Nacional de Águas. Ela vê um potencial de irrigação, a curto prazo, de 11



milhões de hectares; e a EMBRAPA tem um estudo mais recente. Depois o Lineu pode comentar a respeito.

O trigo irrigado. Aqui, no Planalto Central, temos produtividade em torno de 6 mil quilos por hectare, com um diferencial: o teor de proteína é de 12%. O trigo de sequeiro importado da Argentina às vezes tem 6%. Então, nós temos potencial para sermos autossuficientes na lavoura de trigo, até para exportar. Nós temos que incentivar essa cultura, porque, quando o preço do pão francês sobe na padaria, nós sempre somos penalizados, mas não é nossa culpa. Assim, importam trigo dos outros países.

O café, como eu disse, é responsável por 30% da produção nacional.

A irrigação do cafeeiro, como também já mencionei, melhora a qualidade do café, porque, se as plantas são sujeitas ao déficit hídrico, o café é de qualidade inferior. A irrigação proporciona a produção de café com qualidade espetacular. Vejam que o maior exportador de café do mundo é a Alemanha, que não tem nenhum pé de café. Então, além de tudo, nós temos potencial para aumentar nossa produção, agregar valor, fazer uma indústria forte e gerar mais renda para o País.

O método de irrigação do arroz, como já citei, é a inundação, que tem sido feita com muita eficiência. Não podemos criminalizar nenhum sistema de irrigação. Todos são eficientes desde que sejam norteados pela ciência. O sucesso da agricultura sempre foi norteador pela ciência, desde a criação da EMBRAPA, depois da antiga ACAR Goiás (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás), que se transformou na EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Esses difusores de tecnologias possibilitaram todo o sucesso do agronegócio brasileiro.

Eu digo isso com muita convicção porque o meu pai é cearense e veio para o Goiás justamente para trabalhar nessas instituições como extensionista. Então acompanhei todo esse processo. E, como já foi colocado aqui, é importante o Governo dar atenção aos pequenos e médios produtores, porque, se não dermos essa assistência técnica, nós os estaremos condenando a serem expulsos das suas propriedades, estaremos condenando várias famílias a esquecerem as suas histórias e a chegarem às cidades sem ter o que fazer.

O feijão é uma cultura extraordinária, e a irrigação nos permite hoje fazer três safras no País. Com isso, nós temos sempre um feijão de boa qualidade. Quando a dona de casa vai ao supermercado e encontra um feijão escuro, ela o rejeita. E também tem uma



função social. Nós entregamos esse produto com um preço justo e também combatemos a inflação de alimentos. Houve uma distorção justamente há 2 anos, 3 anos. Nós tivemos uma frustração de safra no sequeiro, mas depois ela foi corrigida pela agricultura irrigada.

Quanto às hortaliças, a maioria delas são produzidas ao redor dos grandes centros urbanos, assim como na Grande Goiânia. Os pequenos produtores realmente têm um papel fantástico, garantindo-nos a oportunidade de estarmos supridos com alimentos de uma variedade enorme e com preços bastante acessíveis.

Abro outro parêntese aqui para falar da importância da reservação de água. Em Goiás, por exemplo, chove mais de 1.500 milímetros por ano. Isso é uma dádiva de Deus. Eu acho que nós temos que trabalhar isso de uma maneira estratégica como uma vantagem competitiva para o País e transformar essa reservação para a utilização nos momentos de crise. Vou dar um exemplo. Hoje, na Bacia do Rio Meia Ponte, que abastece a Grande Goiânia, nós estamos num momento crítico até antes da chuva de ontem, mas acredito que a vazão ainda é insuficiente. E quem está garantindo o fornecimento de energia sem o rodízio de água na cidade são as barragens dos produtores rurais.

Foi feito um levantamento pela Secretaria de Meio Ambiente, e 70 barragens estão sendo abertas de forma gradativa todos os dias para manter o abastecimento de água para toda a sociedade. Eles estão abrindo mão, irrigando numa quantidade menor. Alguns pararam as suas atividades justamente para cumprir o seu papel, não só cumprir a nobre missão de produzir alimentos mas também se solidarizar e garantir aquilo que é previsto pela Lei nº 9.433, de 1997, que é a Lei das Águas, que trata do uso múltiplo das águas.

O tomate industrial também é uma cultura de suma importância ao País. Talvez os senhores não tenham conhecimento, mas 70% do tomate industrial são produzidos no Estado de Goiás. Esse tomate é o produto base do extrato de tomate, do *ketchup*.

E por que é importante ser produzido com a irrigação? Ele necessita de um período seco. E justamente a irrigação tem esse controle maior da água. O tomate tem que ter brique, que é o que vai garantir a coloração do tomate, que vai dar coloração para a massa de tomate, para o *ketchup*. Então é muito importante essa cultura.

Essa questão do uso racional é extremamente interessante. E o produtor, como eu disse, segue a ciência. Ninguém tem interesse em utilizar mais água. Se você tem grama na sua casa ou qualquer planta, experimente deixar a torneira aberta e passar um dia



fora. A planta vai adoecer. Utilizar mais água é mais custo, como foi colocado aqui. A energia elétrica vai inviabilizar várias culturas. Ela está subindo numa proporção a ponto de algumas culturas não terem margem para remunerar essa taxa de energia.

A fruticultura também é uma grande oportunidade ao País. Hoje, nós produzimos frutas geralmente no Sul e no Norte do Brasil. Em Cristalina nós temos um polo de fruticultura sendo construído por uma consolidação. Temos mais de 52 culturas sendo produzidas aqui.

No ano passado, nós fomos procurados pelo Governo do Canadá, na Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás — FAEG. Fizemos uma apresentação com todo o portfólio de culturas que nós tínhamos no Estado e, ao final da reunião, eles disseram que queriam desenvolver uma cadeia de fruticultura no Brasil para serem exportadas frutas frescas para o Canadá.

Então, essa é uma grande oportunidade. É uma grande oportunidade também para mantermos esse pequeno e médio produtor no campo, porque são culturas de maior valor agregado. Precisamos disso para mantermos o homem no campo.

O algodão irrigado — nós tivemos também um dia de campo aqui. Hoje produzimos mais de 400 arrobas por hectare, com a qualidade de fibra muito importante. O algodão é o que proporciona estarmos vestindo essas roupas de algodão, com fibras boas, que é o tal do *micronaire*. Com isso, para quem não sabe, o algodão é fundamental, tendo a lavoura de sequeiro uma produtividade menor.

Quanto à cana-de-açúcar, segundo a ANA, temos mais de 2 milhões de hectares irrigados. Utiliza-se muito também para a irrigação de salvamento. Portanto, a irrigação é essencial na cultura da cana-de-açúcar, que vai produzir o açúcar, o etanol e vários microrganismos.

A pecuária. A irrigação está permitindo justamente uma das coisas mais importantes: nós não crescemos em área horizontal, mas verticalizamos a produção. Nós temos exemplos do Vale do Araguaia, onde o produtor tem produzido soja e feijão. Depois, ele entra com a braquiária e coloca boi ali. No primeiro ano, para o produtor de alta qualidade, como ponto de equilíbrio, o boi tinha que ganhar 300 gramas por dia. Com a irrigação, o boi ganha 1 quilo por dia, além de estarmos trabalhando o solo, porque, a partir do momento em que se faz uma integração com gramínea, plantas leguminosas,



trabalha-se a vida do solo, a biologia do solo. Isso é de extrema importância para a sustentabilidade do sistema ao longo do tempo.

A cevada. Atualmente, 95% da cevada brasileira é utilizada na indústria cervejeira nacional, agregando valor aos produtos nacionais. Então, a cerveja do nosso *happy hour* também é produzida por meio da irrigação.

Irrigação e meio ambiente.

A irrigação melhora a utilização dos fatores de produção e, por consequência, a maior produtividade, com melhor combinação dos insumos empregados. Como resultado, temos o aumento de produtividade sem que haja exploração de novas fronteiras, como eu já comentei aqui.

Ela permite ainda que a água fique mais retida no solo, otimizando o ciclo hidrológico e melhorando a qualidade e a quantidade de água nos cursos hídricos. Isso exemplifica o pouco que é utilizado na cultura, e o que não é utilizado infiltra e recarrega os aquíferos. Eu vou deixar essa parte técnica para o Lineu comentar.

Potencial da irrigação. Realmente, como colocado por meus antecessores, ela é fundamental para atender às demandas de crescimento da produção agropecuária brasileira e mundial; será responsável por 80% dessa produção adicional de alimentos até 2025; contribui efetivamente para o meio ambiente, para o desenvolvimento social e econômico, com a geração de empregos estáveis e duradouros; e viabiliza agriculturas familiares e pequenos produtores, melhorando sua qualidade de vida e gerando renda para suas famílias.

Desafios.

Segurança alimentar e segurança hídrica.

Também comentei aqui sobre a reservação, a importância do fortalecimento dos comitês de bacia, respeitando todos os setores. A sociedade tem que dizer o que quer: produzir alimento e energia. Precisamos saber de que forma nós vamos trazer essa harmonia para o bem da Nação, do País. Temos que permitir a reservação de água, como citei aqui. É fundamental nós utilizarmos essa dádiva de Deus, reservando a água para utilizá-la nos momentos certos.

Energia de qualidade e acessível para projetos atuais e futuros. Valor compatível com as atividades agropecuárias.



Foi colocada aqui a importância de financiamentos com taxas acessíveis, que realmente permitam o pagamento, e prazos importantes também.

E levar a irrigação para desenvolver certas regiões. Nós não podemos, por exemplo, desenvolver apenas a região sul do Estado de Goiás, vamos levá-la para a região norte, para dar oportunidade à toda a sociedade, gerar emprego, e todos serão contemplados.

Muito obrigado.

Foi um prazer estar aqui. Estarei à disposição para perguntas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Maravilha! Obrigado, Sr. Eduardo.

Vamos dar seguimento. Tem a palavra o nosso companheiro Sr. Lineu Neiva Rodrigues, pesquisador da EMBRAPA.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES - Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui.

Em nome do Deputado Zé Vitor, parabenizo-os pelo evento. É importante termos mais desses eventos, principalmente nesta Casa, que representa a sociedade brasileira, e trazermos informações mais qualificadas. Temos muito pouca informação e muita, como dito hoje, *fake news*. O objetivo hoje é trazermos um pouco disso, embora o tempo seja muito curto.

Aqui está a Marília, minha amiga, e, em seu nome, cumprimento todas as mulheres presentes — para nós é um prazer a senhora estar aqui, das nossas Minas Gerais. Cumprimento o Eduardo pelo excelente trabalho que está fazendo na CNA; os irrigantes — parabéns! —; o Mychel, companheiro lá do Ministério; e o Valdir, do MDR, que tem feito um trabalho excelente nos polos.

Rapidamente vou apresentar alguns pontos e, depois, estarei à disposição para os debates. Deixarei também algumas publicações para conversarmos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Acho importante falarmos do que nós precisamos para viver. Geralmente, esta palestra leva 1 hora, 2 horas, mas vou tentar resumi-la. Quando pergunto isso aos estudantes, eles sempre dizem: *"Ah, preciso de mais férias, preciso estudar menos"*. Cada um tem a sua visão, mas o mais importante é que precisamos daqueles fatores da nossa fisiologia — o ar, o alimento e a água —, que são fundamentais para a nossa sobrevivência. Quando falta água ou alimento, o ser humano volta às suas condições mais básicas como ser humano. Isso é importante destacar.



Então, o que fazemos no nosso trabalho? Quando a minha filha pergunta: "*Pai, o que você está fazendo com esse negócio de irrigação, que é muito criticado hoje na sociedade brasileira?*" Tentamos garantir que todo mundo, toda a população tenha um acesso mínimo a uma quantidade de alimentos. Isso é o que tentamos fazer. Com a irrigação, no fundo, tentamos fazer isso. E, para isso, nós temos que produzir uma quantidade suficiente de alimentos. Não tenho dúvidas. Para conseguirmos isso, temos que ter quantidade de alimentos suficiente.

Vários estudos mencionam que, até 2050, a produção de alimentos terá que aumentar em torno de 70%. Serão 70% de aumento da produção, e a agricultura, principalmente a irrigada, passará por várias pressões que vão dificultar o atingimento dessa meta. Vou passar por algumas delas.

Não tenho dúvidas, gente — são 18 anos estudando esse tema "irrigação", rodando o mundo afora, e o Brasil é um importante *player* em agricultura —, de que isso nós só vamos conseguir por meio da irrigação. A irrigação é fundamental para esse aumento de produção.

O que diferencia a irrigação são dois fatores básicos: água e energia. A água e a energia são fundamentais para a irrigação.

Por que a irrigação é importante? Isso poderia ficar para outra palestra, mas vou puxar só esse tema para falar da redução da variabilidade. Não se pode fazer um planejamento de segurança alimentar sem irrigação. Por quê? Porque a chuva é muito variável. A agricultura de sequeiro depende muito da chuva, que é muito variável.

Olhem o sequeiro. Ele tem muita variabilidade em termos de produção. Em 1 ano, produz muito porque choveu muito; outro ano, produz pouco. Então, por conta dessa variabilidade, é difícil fazer um planejamento, e a irrigação estabiliza essa produção. Isso é um fator.

Eu poderia enumerar vários outros fatores aqui, como o aumento de produção, mas há outros que merecem destaque. Um deles é o benefício ambiental. Hoje, no mundo, seria necessário expandir a área de sequeiro em cerca de 250 milhões de hectares, ou seja, nós teríamos que abrir mais 250 milhões de hectares para obter uma produção equivalente à produção média adicional proveniente de áreas irrigadas. Isso é um benefício ambiental, não só em termos de produção de alimentos.



A baixa segurança para a atividade da agricultura irrigada é uma ameaça à produção de alimentos. Não tenho dúvida quanto a isso.

Do que a planta precisa para crescer? Eu poderia listar várias coisas, mas vou me ater aos itens básicos. Ela precisa de sol, luz, ar, solo — isso é fundamental para a agricultura de larga escala, embora hoje já tenhamos alguns exemplos de aeroponia, que não precisariam — e de água. Esse é o tema sobre o qual vamos conversar: água. Que tipo de água? Então, água é fundamental.

Importância da agricultura irrigada. Vejam aqui uma cultura com água. Este é um dos experimentos nossos na EMBRAPA — convido os senhores a irem conhecê-lo. Estas são agriculturas com água e sem água. Não tem jeito, gente! É preciso decidir se querem alimento ou se não querem. Se querem alimento, precisam de água. Quanto? Falem de quanto a sociedade precisa e falamos o quanto de água vai precisar. É simples assim.

Hoje, se considerarmos tudo, a área agrícola brasileira tem em torno de 246 milhões de hectares. Disso aí, 97,2% é sequeiro, aquela que depende só da chuva. Vejam como o Brasil é importante no mundo para a produção de alimento e como a nossa agricultura é vulnerável: 97% é sequeiro e depende só de chuva. O resto é irrigado.

Produção: aquela área que é 97% de sequeiro vai produzir 60% do nosso alimento; 40% vêm da área irrigada, só com aquele pouquinho. Vejam como poderíamos colocar o Brasil, com sustentabilidade, sem essa questão ambiental, sem esse dilema que vivemos hoje em relação ao meio ambiente, num posicionamento totalmente diferente.

A água é fundamental. O que diferencia a agricultura de sequeiro, que representa 239 milhões de hectares, da nossa agricultura irrigada, que representa cerca de 3%? A água da chuva é fundamental. Por incrível que pareça, muita gente pensa que o alimento produzido na agricultura irrigada não tem água de chuva. Vou mostrar para os senhores que grande parte, dependendo do ano, vem da chuva. Da água utilizada, muito pouco é aquela chamada água azul, aquela água que é tirada do rio. Temos que organizar esse uso e melhorar esse entendimento. As duas utilizam água de chuva, mas a irrigação, quando é preciso, também utiliza água do rio, a chamada água azul. É aí que entram os nossos gestores, aqui representados pela Marília, que têm que fazer essa compatibilização pelos usos múltiplos. A participação da sociedade é fundamental nessa decisão de priorização do uso nas regiões.



Por que é tão importante? Vejam como é a média histórica de precipitação no mundo. A chuva é muito variável. Por exemplo, no mês de agosto, aqui embaixo, o Brasil é quase um país seco. Não chove. Nos meses de junho, julho e agosto, o clima é seco e não chove. Isso é muito variável. Essa variabilidade espacial e temporal da chuva compromete a produção de alimento. Na produção de alimento, a tomada de decisão é diária: a planta vai ter água ou não vai ter água? Isso é diário — é como quando nos alimentamos.

Vejam como é interessante essa figura! Este é o Brasil. Vejam a variabilidade da precipitação. Naquele gráfico acima, à esquerda, os senhores podem ver uns pontinhos. Vejam como é no Amazonas. Vejam como é a variabilidade da chuva no Amazonas. Chove bem no Amazonas. Vejam o impacto que isso tem na vazão. Então, os rios da Amazônia são sempre caudalosos.

No nosso Centro-Oeste, quase não chove. Vejam o que acontece quando começamos a receber as primeiras chuvas. Vejam o que acontece com a vazão dos rios. Quando a demanda é maior, chove menos e temos menos água no rio. Vejam o dilema que temos em relação à água.

No Sul do País, lá em Passo Fundo, a situação é bem tranquila. Em Natal, a situação é bem diferente: os rios chegam a secar.

Esse é o nosso ponto. De onde vem a água do alimento? Muita gente acha que a água do alimento irrigado vem só do rio. Não é isso, gente.

Eu gosto de chamar isto aqui de anos verdes: são 31 anos simulando o plantio de soja no dia 10 de outubro. Nos anos verdes, a maior parte da água vem da chuva. E há os anos azuis, em que uma parte boa vem da irrigação, embora a maior parte ainda venha da chuva. Em média, 80% da água que essa soja plantada no dia 10 de outubro utiliza vêm da chuva; só 20% vêm da irrigação.

Então, não existe esse conflito, esse dilema da água da irrigação competindo com a cidade. Temos que desmistificar esses pontos.

Quanto a irrigação utiliza? Utiliza em torno de 1.083 metros cúbicos no Brasil como um todo, o que é muito pouco. Eu vou mostrar para os senhores. Retorna 26%, que é um número para fechar um balanço hídrico, e utiliza no final em torno de 73%. Essa é uma média mundial.



Eu estava em Nebraska recentemente, e o primeiro eslaide que eles mostraram, com orgulho, soltando foguete, foi o seguinte: aqui 90% da água é utilizada para agricultura irrigada. Não há problema nisso, desde que a água seja legal, desde que esteja contabilizada na gestão. Gestão de água é igual a gestão de dinheiro; se está sendo contabilizado e alguém está tirando, então isso é um problema, porque não fecha o balanço. Água é assim, estando legalizada não há problema nenhum em que se tenha uma bacia com predominância agrícola, outra industrial, outra de energia. Isso é a sociedade que vai decidir, e não é por questões filosóficas que se vai criar esse debate.

E quanto de água nós usamos? Se pegarmos a vazão de todos os rios brasileiros, isso varia, mas em média são 280 mil metros cúbicos por segundo, Deputado. Disso aí, vejam o quanto nós usamos, vejam no tracinho lá embaixo. É menos de 1%. Nós utilizamos menos de 1% das águas dos nossos rios. *"Ah, Dr. Lineu, mas está tudo no Amazonas"*. Vamos tirar o Amazonas. O Amazonas é importante, há pouca gente, há toda essa controvérsia em torno do Amazonas. Então, vamos deixar o Amazonas fora do nosso trabalho. A vazão cai muito, cai de 280 mil para 50 mil metros cúbicos, mas, mesmo assim, todos os usos utilizam menos de 5%, e a irrigação menos de 3% dessa água. Acho que isso é muito pouco.

Eu não queria aqui passar a impressão de que estou criando uma cultura de desperdício de água. Não é isso, pelo contrário. Água é um bem precioso, e temos que utilizá-la melhor. Quanto melhor a utilizarmos, mais valor econômico, mais desenvolvimento social, menos conflito teremos. Por isso, mostro este gráfico.

Nós temos regiões críticas. No Brasil, temos uma tipologia, nem todo mundo é igual, e o Brasil também é muito diferente. Na maior parte das regiões, temos muita água; em algumas, pouca. Nessas regiões, temos que ter um olhar diferente. Há bacias críticas em termos de disponibilidade de água para as quais temos que ter um olhar diferenciado, Eduardo. Temos que trabalhar em Goiás, nessas regiões que são críticas, porque ali vai haver conflito, ali é onde o problema vai aparecer.

Desculpem, falei demais, e o tempo vai passando.

Quais são os desafios e dificuldades, então? Vou passar por aqui, e depois podemos discutir mais outros temas.

Então, os principais desafios, os de mais difícil solução — escrevi um artigo sobre isso recentemente —, são aqueles que não dependem somente do agricultor, tal como



gestão de recursos hídricos, que é peça chave no processo de ordenamento de uso de recursos hídricos e de segurança hídrica. Isso não depende só do agricultor, depende também das nossas leis.

Agora, vamos falar sobre a questão da integração efetiva e verdadeiras ações institucionais e das políticas públicas setoriais. Como eu posso pensar em segurança hídrica sem pensar em segurança alimentar e em segurança energética? Esses planos têm que estar ligados. Falou em segurança alimentar, tem que falar em segurança hídrica, tem que pensar num plano de irrigação, porque isso é fundamental. Não há como separar essas coisas. Como podemos pensar, por exemplo, em segurança alimentar sem considerar um trabalho integrado entre Ministério da Agricultura, representado aqui pelo Mychel, e Ministério de Desenvolvimento Regional, representado aqui pelo Valdir? Os Ministérios têm que conversar, porque se não um puxa para um lado, o outro puxa para o outro lado, e não saímos do lugar, ficamos sempre do mesmo jeito. Então, essas são ações estratégicas.

No ano passado, nós realizamos uma reunião com a associação de irrigantes, representando cerca de 11 mil produtores, 1 milhão e 600 mil hectares de gado e 3 milhões de sequeiros. Essa reunião foi realizada na FPA, logo após uma reunião realizada pelo Governo, e saíram diversos pontos-chave como desafios.

Pelo tempo que tenho, vou elencar apenas alguns. Depois, poderei disponibilizar esse documento. Não quero passar muito do meu tempo, para podermos discutir. Deve haver gente querendo fazer pergunta.

Em primeiro lugar, há alguns desafios político-institucionais, como a regulamentação da Lei nº 12.787, de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. A motivação é possibilitar a efetiva aplicação da lei, que consegue organizar esses usos da irrigação. Aí conseguiremos desenvolver uma política séria e sólida para a nossa agricultura irrigada.

Outro ponto importante é a implantação do Conselho Nacional de Irrigação. Isso é um debate hoje. Eu acho que seria uma estratégia importante, porque o Conselho Nacional de Irrigação é um ente estratégico na articulação com outras instâncias do poder federal. Seria onde teriam representatividade, poderiam discutir essas leis e em como andar nas diversas ações que estão acontecendo nesta Casa. Então, o Conselho é importante.



Outro ponto interessante é a questão do barramento para irrigação privada, considerado de utilidade pública, de interesse social. O barramento é importante. Eu vou voltar a falar um pouquinho sobre o barramento quando eu falar a respeito da EMBRAPA, porque isso é fundamental para o desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada. Quando eu falo em agricultura irrigada, não estou pensando na parte econômica, estou pensando em produção de alimento, porque hoje, no mundo econômico globalizado, o alimento produzido aqui não necessariamente fica aqui, como o Eduardo comentou quando mencionou a questão do café.

Temos como dificuldade a agilidade nos mecanismos de outorga e licenciamento ambiental. Vamos tirar o foco do produtor e colocar na gente. Como se constrói uma casa se não se tem segurança jurídica sobre o fato de que vai haver água e energia? Não há como. Então, isso é o mínimo. Esse processo tem que ser mais agilizado, e isso depende dos Estados representados pelas suas agências de água.

Desenvolvimento de infraestrutura básica, principalmente fornecimento de água e de energia, é fundamental. Há dois fatores da irrigação que diferenciam: a água e a energia. Tem que ter energia, é fundamental.

Como o Mychel falou pouco, eu vou pegar os 5 minutos dele. *(Riso.)*

O que a EMBRAPA está fazendo? Eu tenho que passar um pouquinho isso, porque foi pedido para esta palestra. Vou tentar passar rápido também.

Nós temos muito trabalho quando olhamos para essa questão da água, Deputado, tentando diferenciar oferta e demanda. Temos muito trabalho na questão da gestão da oferta. Quando falamos em oferta, percebemos, em todo lugar em que vamos, em todos os grandes eventos, que o pessoal pensa só no rio. Gente, o rio é reflexo do que acontece na bacia; ele é a última coisa que temos que olhar. Quando se está doente, o médico mandar fazer um exame de sangue. Então, temos que olhar para a bacia hidrográfica. O produtor não pode olhar só para o rio, tem que ver que o rio está integrado no sistema. Se ele não estiver cadastrado no sistema e usar a água de forma diferenciada, ele vai estar prejudicando o seu vizinho, que muitas vezes é a pessoa que toma cerveja com ele. Então, isso é importante. Água é diálogo, é conversar, é negociar para que isso possa ambientar.

Então, temos que pensar na bacia hidrográfica, porque aqui é que as coisas acontecem, é aqui que temos que ter um olhar diferenciado. Precisamos irrigar pensando



na bacia hidrográfica, precisamos fortalecer associações de irrigantes, associações importantes e comitês de bacias. É importante participar dos comitês, porque é ali que as coisas acontecem, é ali que as decisões têm que ser tomadas. Eu fui, por 10 anos, membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas lá é a etapa final. Nós temos que pensar aqui embaixo.

Por que isso? A água é para qual finalidade? Todos os setores, tudo precisa de água. Todos os setores da economia vão precisar de certa forma de água. Nós temos que definir, porque naquelas regiões críticas vai haver conflito. Sendo pesquisador, eu posso informar, eu trazer informação séria, tecnicizada, sem fisiologismos. Como membro da sociedade, eu tenho que participar dos comitês, para eles tomarem a decisão de qual o melhor uso dessa água. Isso é feito nos comitês, por isso é importante essa participação.

Nos nossos trabalhos da EMBRAPA, nós tentamos entender um pouquinho melhor o ciclo hidrológico, principalmente porque conhecemos muito bem os nossos ambientes, especialmente Cerrado. O Amazonas é mais conhecido do que o nosso Cerrado. O nosso ambiente é totalmente diverso, e nós temos de estudar mais. As nossas pesquisas são financiadas pelo dinheiro público; com o dinheiro privado, não se faz isso.

Com a coleta de dados primários de campo, entendemos o que está acontecendo. Essas simulações podem ser aplicadas para a grande escala, sendo possível fazer planejamentos usando modelos de última geração. Nós usamos todo tipo de modelo no nosso grupo com o objetivo de planejar o quanto de água existe na bacia hidrográfica e o quanto pode ser utilizada. Para isso, temos que coletar dados primários. Isso tudo é o público que tem de fazer, o privado não pode aplicar recurso. No mundo todo é assim. Então, vamos entender a capacidade de suporte de uma região e quanto se pode tirar dela.

Recarga. Nós temos trabalhos sobre a conservação do solo. Os nossos solos são profundos. Se pensarmos num tipo de solo com baixa capacidade de armazenamento, como, por exemplo, numa bacia de 1 quilômetro quadrado, pode ser armazenado quase 2 milhões de metros cúbicos de água que vão ser utilizados.

Sobre a recarga, nós acabamos de fazer um trabalho que representa em torno de 20% a 24% das nossas precipitações. Nessa recarga, o mais importante é quando as vazões dos rios estão baixas e a demanda está alta. Os nossos rios hoje têm vazão. Há



água nos rios, porque há água no solo. O dia em que não houver água nos solos, não haverá vazão.

O que impede a recarga? Uma má conservação do solo, como ocorre na cidade. No campo é onde melhor acontece a recarga dos nossos aquíferos.

Sobre as barragens, vejam quanta água temos em janeiro, fevereiro, março e dezembro. É muita água! E essa água está indo para onde? Está indo para o mar, e nós temos de segurar essa água aqui. É por isso que nós temos trabalhos importantes com barragens que determinam a evaporação e a infiltração. As nossas barragens são antigas e sem informações técnicas. Nós tentamos trazer informações para essas barragens. Para isso, temos de ir para o rio e medir.

A Agência Nacional de Águas não consegue fazer isso, somente as estaduais, que, juntamente conosco, trazem as informações e as qualificam.

O que a EMBRAPA está fazendo em termos de demanda? Nós estamos usando o que há de mais moderno: usando satélites para determinar a demanda e o quanto de água a cultura utiliza e usando *drones*.

Agora, há uma área nova da EMBRAPA em que estamos tentando gerar tecnologia, com sensores de última geração para gerar coeficientes técnicos de irrigação para o manejo de culturas, avaliar, adaptar e desenvolver técnicas de manejo de irrigação e capacitar irrigantes, isso é importante.

Hoje, quando se comprar um celular, vê-se que dentro da capinha dele vem um manual de como se usa aquele celular. Nós temos de fazer isso para as nossas culturas, nós paramos de fazer isso. Nossos irrigantes hoje não sabem como irrigar, porque não temos um parâmetro técnico. Quem faz isso é a nossa EMBRAPA, junto com as instituições de pesquisa e as universidades.

Área irrigável adicional. Antigamente, nós pensávamos que era de 30 milhões de hectares. Nós estamos chegando ao potencial de 70 milhões de hectares possíveis de se irrigar. Como podemos atingir isso com sustentabilidade? Usando as diversas tecnologias que nós temos, como expectativas de chuvas e escalonamento de irrigação.

Convido os senhores, quando tiverem disponibilidade, para irem à EMBRAPA para conhecer o nosso trabalho.



Em síntese, é importante estabelecer uma melhor comunicação com a sociedade. Temos de falar mais, mas falar tecnicamente. Eu sei que isso é difícil. Temos de ter o mínimo de dados técnicos para podermos conversar e balizar melhor as discussões.

A água não é para irrigação, a água é para produção de alimento. É para isso que nós fazemos todo esse trabalho. Nós usamos muito pouco a nossa água e poderíamos usá-la melhor. A irrigação é a melhor tecnologia para atender à demanda crescente por alimentos.

Esses dois livros publicados estão disponíveis, e estamos disponibilizando esse outro agora, na Internet, gratuitamente.

Deixo também vários *sites* como referência sobre artigos que estão na mídia de fácil leitura.

Obrigado.

Desculpem-me por ter passado um pouquinho do meu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Obrigado, Lineu! Foi ótimo.

Vamos para o nosso último expositor e depois vamos abrir um momento para trocarmos algumas figurinhas aqui.

Com a palavra o Sr. Valdir Juswiak.

O SR. VALDIR JUSWIAK - Cumprimento a todos, na pessoa do Deputado Zé Vitor, a quem agradecemos pelo convite feito ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Também gostaríamos de parabenizar o Deputado por essa iniciativa e pela oportunidade oferecida ao setor da agricultura irrigada, representada aqui pela EMBRAPA, pelo Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Regional, CNA, IGAM e outras instituições que estão na luta batalhando, como as associações de irrigantes do Brasil, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional, a DENOCS e a CODEVASF.

Os senhores já foram abrilhantados aqui com uma série de informações dos nossos palestrantes anteriores sobre as nossas potencialidades, desafios e gargalos. Eu gostaria de apresentar aos senhores o que o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da sua Secretaria de Desenvolvimento Regional Urbano, tem feito e trabalhado com o tema irrigação.



Essa atribuição da Secretaria foi por meio da última reforma administrativa. Nós já éramos uma Secretaria, que foi extinta em 2017, passamos 2 anos no limbo, sem nenhuma representatividade, e agora estamos retomando.

Cabe aqui frisar que o nosso trabalho é em parceria com o Ministério da Agricultura, compartilhando as nossas atribuições. Conforme o próprio Lineu já colocou em algumas apresentações, nunca houve essa interação entre os dois órgãos. Portanto, estamos trabalhando de forma harmoniosa, tentando avançar no tema.

(Segue-se exibição de imagens.)

As contextualizações sobre o potencial que nós temos de irrigação já foram apresentadas aos senhores.

Esses últimos dados apresentados pelo Lineu sobre os 70 milhões de hectares foram extraídos de um trabalho chamado Análise Territorial, elaborado pela ESALQ, contratação feita à época pelo Ministério da Integração Nacional. Isso gerou esse mapa das ações com os locais em que podemos atuar em irrigação e quais são os interesses públicos nessas áreas.

Como já falei, a Política Nacional de Irrigação, por meio da Lei nº 13.844, atribui ao Ministério do Desenvolvimento Regional conduzir a política, respeitando as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Dentro dessas atribuições, está integrado o Conselho Nacional de Irrigação, autorizado a ser instituído pela lei da irrigação. Nós estamos trabalhando de uma forma ainda bem incipiente na busca da formação desse Conselho.

Quais as estratégias hoje que a Secretaria tem trabalhado para incentivar o desenvolvimento da agricultura irrigada?

Sobre polos de agricultura, o Lineu já deu uma palhinha sobre o assunto. O polo de irrigação é uma estratégia que o Ministério tem implantado a partir deste ano com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura irrigada a partir de um trabalho conjunto entre as organizações de irrigantes, já implantado. Esse polo é implantado em conjunto com a Política Nacional de Irrigação e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ou seja, através da identificação de onde se encontram adensamentos de agricultura irrigada, de irrigantes, de áreas já irrigadas, o Ministério, em conjunto com seus parceiros — o que depois nós vamos ver —, faz um trabalho de identificação dos gargalos, formação de uma carteira de projetos, tentando fortalecer a governança daquele



setor produtivo naquela localidade, melhorando a comunicação entre o setor produtivo com os entes do Governo Federal, Municipal, Estadual e assim por diante.

Os requisitos para implantar são os seguintes: primeiramente, tem que haver uma organização de produtores, a exemplo de quatro polos que já foram feitos — vou falar sobre eles depois. Tem que haver uma representatividade da agricultura irrigada na região e que essa região tenha o adensamento já de irrigação e também tenha um potencial para expansão. Aqueles onde já não existe mais condições de se ampliar não seriam contemplados com um polo de irrigação.

Esses adensamentos são utilizados através do mapa ou do atlas da ANA, o atlas de irrigação que aponta onde há maior concentração de áreas irrigadas. Muitas vezes, essas regiões têm um potencial, mas estão reprimidas por algumas condições, por alguns gargalos. E a implantação do polo é trabalhada em conjunto com os irrigantes, vamos dizer assim, para identificar esses gargalos, montar uma carteira de projetos, tentando resolver esses gargalos. Não é o Governo indo lá e resolvendo o problema, mas incentivando, organizando o setor produtivo na busca das suas soluções.

Temos quatro polos já implantados. Aqui no Estado de Goiás temos dois: em Cristalina e no Baixo Araguaia, no Vale do Araguaia. Temos um no Rio Grande do Sul, que foi o primeiro. E hoje está acontecendo a oficina no oeste da Bahia, em Barreiras, para a implantação do quarto polo. Nesses quatro polos, são 32 Municípios atendidos; 382 mil hectares irrigados; 1 milhão de hectares com potencial de ampliação; 21% do potencial do que nós temos hoje no Brasil para irrigação.

A Secretaria tem trabalhado também na busca de implantação de unidades de reúso de água para irrigação, principalmente no Semiárido. Já há um acordo de cooperação com a CODEVASF e o Instituto Nacional do Semiárido. A CODEVASF está trabalhando nos projetos públicos para a utilização dessas águas de lagoas de estabilização com o Instituto Nacional do Semiárido, primeiramente iniciando aquele trabalho de multiplicação da palma forrageira. Com isso, já se tem uma *expertise* muito grande nesse sentido.

Estamos iniciando também um trabalho de unidade de referência de ensino e agricultura irrigada. O objetivo é melhorar a capacitação de pessoas, fomentar a pesquisa, fazer a transferência de tecnologia com aquele viés da eficiência do uso da irrigação, o manejo. Enfim, é a transferência de tecnologia. Para isso, foram feitas algumas parcerias



com a UFERSA, no Rio Grande do Norte, e o Instituto Federal Goiano, para o qual estamos encaminhando essa proposta.

Uma das ações que não podemos deixar de lado, que a Secretaria tem desenvolvido, é em continuidade com os projetos públicos de irrigação. Como já coloquei, DNOCS e CODEVASF são os fundamentais. Eles são os executores dessa política, embora também a Secretaria tenha alguns projetos de irrigação através de convênios com Estados e Municípios, implantando esses projetos.

Os projetos públicos de irrigação tiveram inicialmente, lá na década de 60, a sua implantação com o viés de redução do desemprego, ou seja, de geração de emprego, de renda, de manter o homem no campo, geração de riqueza.

Um estudo do Banco Mundial realizado em 2004 fez um acompanhamento dos Municípios com irrigação e sem irrigação desde o ano de 1979 até 2000. Peguei alguns dados que mostram que, em termos de crescimento populacional, Municípios com irrigação tiveram um crescimento de 2,19%, enquanto aqueles Municípios sem irrigação cresceram em torno de 0,5%. O PIB do Município com irrigação, 6,43%; e sem irrigação, 2,53%. O PIB rural principalmente 6,52%, contra 1,24%. Então, demonstro aqui a importância da irrigação e especialmente dos projetos públicos de irrigação.

O Índice de Desenvolvimento Humano — IDH com irrigação teve um crescimento de 0,687%, enquanto sem irrigação o crescimento é menor.

As informações que nós temos é que os projetos públicos de irrigação tiveram, no ano de 2017, em torno de 3,5 bilhões do valor bruto de produção, saindo de dentro dos projetos públicos de irrigação. Hoje, 92% de exportação de manga do Brasil saem de dentro dos projetos públicos de irrigação; 94% da banana exportada saem de dentro dos projetos públicos.

Nós temos 230 mil hectares hoje em projetos públicos de irrigação, atendendo a 20 mil produtores, 312 mil empregos diretos e 468 mil empregos indiretos. Esta é a importância dos projetos públicos de irrigação.

Estamos trabalhando, juntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, um programa para assistência técnica e também somos parceiros da CODEVASF, do DNOCS, do MAPA, como eu já falei, desenvolvendo esse programa. Já tivemos várias reuniões, inclusive atendendo a um acordo de cooperação técnica.



A Secretaria também tem trabalhado em parceria com a CNA e o Ministério da Agricultura na questão do licenciamento ambiental, atendendo a demandas da questão dos projetos de lei, trabalhando também a questão dos barramentos e também com relação a licenciamento ambiental, como preconiza a Resolução CONAMA nº 284. Estamos trabalhando para tentar fazer alguma alteração para incentivar o setor.

Quanto à legislação de barramentos para irrigação, já falei sobre isso.

Temos participado também de algumas câmaras temáticas, câmaras técnicas, com oficinas junto com a ENAP quanto à CDE, visando a demonstrar quais os benefícios dos incentivos fiscais, na redução do valor da energia elétrica para irrigação. Estamos apresentando uma nova proposta, tendo em vista algumas alterações que houve com decreto, com a redução desse incentivo.

A Secretaria também trabalha com um programa de incentivo fiscal, chamado REIDI — Regime Especial de Incentivo para Desenvolvimento da Infraestrutura, no qual o produtor, como pessoa jurídica, apresenta para a Secretaria um projeto de expansão, de implantação de irrigação. Sendo aprovado, ele é encaminhado para a Receita Federal, onde será certificado. Com esse certificado, será reduzido PIS e COFINS, na compra de equipamentos. Haverá em torno de 9,26% de redução desses insumos, desses equipamentos. É um incentivo. Eu não trouxe os dados, mas mais de 130 mil hectares já foram beneficiados com esse incentivo.

Entre esses gargalos, esses desafios que foram abordados pelos colegas que nos antecederam, temos que, de 2009 a 2011, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através da Secretaria de Planejamento e Investimento — SPI, em conjunto com todos os órgãos dos setores da agricultura irrigada, por meio de uma estratégia chamada Modelo Lógico, buscou identificar as causas da baixa utilização das áreas com potencial irrigado no Brasil.

Desculpem-me a transparência, porque ela não nos permite ter uma visualização melhor, mas foram identificados todos esses gargalos.

A marcação azul representa aqueles que estão diretamente relacionados aos projetos públicos. Quais são os gargalos que afetam os projetos públicos que têm baixa utilização em suas áreas? A cor amarela corresponde a todos os gargalos de irrigação como um todo, que atinge o produtor, seja público, seja privado.



Há uma série de gargalos. Eles vão desde o estágio primário e vão avançando. Eles estão nos eixos ambiental, político, financeiro, estruturante, de infraestrutura. São vários eixos. Esses gargalos geram baixa utilização das áreas. Por consequência, com essa baixa utilização dessas áreas, há alguns impactos na nossa realidade.

Fiz um recorte, no eslaide anterior, tratando somente das consequências da baixa utilização do potencial das áreas irrigadas no Brasil.

À esquerda, corresponde ao não aproveitamento do potencial de empregos e postos de trabalho no campo. A agricultura irrigada gera vários empregos, muito mais do que a agricultura de sequeiro; tem uma grande importância na geração de emprego. Com isso, limita-se a geração de renda no campo. Se há baixo número de emprego, limita-se a geração de renda no campo e, por consequência, o êxodo rural.

Na outra linha, a baixa utilização do potencial das áreas irrigadas vai restringir a oferta de fibras, agroenergia e alimentos. Isso tudo ocorre em face do aumento da população. Como já ouvimos algumas informações dos colegas, vai haver um aumento de população a médio e longo prazos. Com isso, vai haver uma restrição na oferta desses elementos.

Com a restrição dessa oferta, vai haver uma redução na segurança alimentar a médio e longo prazos e, conseqüentemente, o aumento do número de desnutridos. Inclusive, o Lineu apresentou no seu trabalho a importância da irrigação para a redução da desnutrição.

Vai haver um aumento nos preços dos alimentos a médio e longo prazos, porque teremos uma produção menor. Haverá não aproveitamento do potencial do aumento do PIB agrícola. Também foram apresentados dados referentes ao aumento do PIB, com o uso da agricultura irrigada.

No eixo ambiental, utilizando esse potencial de área agricultável, é preciso haver uma expansão da área da agricultura. O Lineu disse que era em torno de 250 milhões de hectares. Com isso, vai haver uma continuidade da expansão da fronteira agrícola e da pressão sobre áreas novas, sobre a biodiversidade e sobre o ecossistema. Portanto, utilizando esse potencial, poderemos reduzir esses impactos.

Outra consequência é o aumento de importação de alimentos que poderiam ser produzidos no Brasil. Hoje, o mundo vê o Brasil como um grande celeiro potencial para a oferta de alimento a médio e longo prazos. Vai haver uma redução na segurança



energética de certa forma e perda de divisas, por perdas de oportunidades de negócio. Se não houver ofertas, continuidade, regularidade, qualidade na produção, vamos perder oportunidades de negócios. A Ministra da Agricultura está abrindo negócios em novas fronteiras, em outros países, para a nossa agricultura, para o nosso agronegócio. Outra consequência é ociosidade de áreas agricultáveis, por meio de irrigação, que gera insegurança no atendimento de exigência de mercados. É aquilo que eu já tenho falado.

Essas são as principais consequências da baixa utilização da agricultura irrigada. Isso nos leva a refletir sobre a importância dessa ferramenta de irrigação no campo para o fortalecimento do agronegócio, para o aumento da produção de alimento, a fim de dar ao País segurança alimentar em prol de sua soberania, e também sobre todos os demais objetivos da qualidade da produção dos alimentos.

Era isso que tínhamos para hoje. Estamos à disposição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Sr. Valdir.

Vou quebrar o protocolo e passar a palavra ao nosso amigo e companheiro Alysson Paulinelli.

Eu tive a oportunidade de estar com o senhor em Monte Carmelo, Sr. Alysson. Não foi lá que nós estivemos?

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - E o senhor, felizmente, atendeu ao nosso convite. Muito obrigado mesmo.

Sei que esse é um assunto pelo qual o senhor tem muita simpatia. Se puder nos dar a honra de dizer algumas palavras, serão muito bem-vindas.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Com muita honra, Deputado.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Deputado Zé Vitor e parabenizá-lo pela iniciativa.

O assunto irrigação não está sendo bem tratado no Brasil. Se nós fizermos uma análise de toda a situação econômico-financeira do País hoje, veremos que o País deve, só em dívida pública, contando o que já está registrado e o que virá a ser registrado — eu brinco dizendo que existem ainda muitos esqueletos escondidos dentro do armário, que vão ser descobertos —, em torno de 5 trilhões de reais, o que exige, naturalmente, só



para sua rolagem, nos valores do custo do dinheiro brasileiro hoje, 335 bilhões de reais por ano.

Realmente, o País está em uma fase de recuperação muito delicada. Os senhores estão vendo que as instituições que dependem de recursos do Tesouro estão praticamente falidas, e as dificuldades são muito grandes.

Quem fala para os senhores é quem teve a oportunidade de usar uma grande parcela do Orçamento da União quando o Brasil, sem saída, tomou a decisão de que ou criaria uma agricultura tropical, a primeira do mundo, ou então não teria outra alternativa, estaria falido. E isso deu certo. Deu certo porque, de importadores, há 45 anos, nós passamos hoje a um dos maiores *players* da exportação de alimentos e produtos agrícolas do mundo.

Este ano — ou, se quiserem, 12 meses para trás —, o Brasil está com um saldo na balança comercial de 104 bilhões de dólares, o que significa a maior exportação que o mundo conhece. Para quem fala que o grande exportador é o americano, digo ele está com um saldo de 74 bilhões, comparando com o nosso.

Bom, se os produtos brasileiros estão valendo mais, parabéns para o produtor brasileiro. A verdade é que os números não mentem. Nós somos hoje indiscutivelmente o grande exportador, e o mundo está carente. Quem viaja para fora ou quem lê um pouco sabe que há uma confiança inarredável de que o mundo, para ter segurança alimentar, precisa que o Brasil atenda no mínimo 41% da nova demanda. E não são 41% de aumento na nossa safra, não! Isto significa, Presidente, mais do que dobrar a nossa safra. Se nós não produzirmos, quem produzirá?

O abastecimento mundial foi dominado por 4.000 anos pelas chamadas áreas temperadas, que estão praticamente esgotadas. Uma estatística já foi feita, e as áreas temperadas não têm capacidade de ampliar nem mais 7% de sua expansão agrícola. Cabe, portanto, aos países tropicais a solução desse problema.

Eu vou tentar fazer um exercício rápido, Presidente, com os Srs. Deputados que aqui estão e os interessados no assunto.

Eu não ouvi a palestra anterior, mas sei que o Brasil hoje tem capacidade de crescer apenas 250.000 hectares por ano em irrigação. É muito pouco, Presidente, é muito pouco. Vou dizer por quê, e vejam o que vou dizer. Quem fez esse milagre brasileiro foi a descoberta do Cerrado. Estivemos, na semana passada, comemorando o



Coração do Cerrado, aliás, uma iniciativa — e sei que o nosso Deputado é um entusiasta dela — lá no Alto Paranaíba, uma beleza! Era uma região que antes só fazia distância. O Cerrado era dado ou herdado, porque ninguém queria, e hoje é um grande centro produtor de riquezas palpáveis: o café, o algodão, a soja, o milho e tantos outros produtos.

Meus amigos, não é fácil fazer isto. Para iniciar esse processo — e quem está falando é aquele que teve de buscar soluções dentro do Governo —, eu tive a honra de receber do Governo a garantia de 3 bilhões de dólares em 1974, para que nós incorporássemos àquela época 3 milhões de hectares do Cerrado na produção brasileira. E isto ocorreu. Fomos a quase 4,5 milhões de hectares, cujos resultados hoje estão aí para ser avaliados.

Não custa barato. Hoje, Presidente, com a elevação dos custos dos nossos insumos, aqueles mil dólares para se corrigir o Cerrado já não dão mais. Hoje, estamos em torno de 1.500 dólares, 1.600 dólares e até, dependendo da região, 2 mil dólares, o que significa que só a recuperação de áreas novas nos levaria a um custo altíssimo.

Eu quero fazer com os senhores uma observação. Em 2006, quando fui laureado pelo World Food Prize, eu levantei para aquela assembleia uma questão: "*O Brasil vai ter duas safras*". Ninguém acreditou, nenhum acreditou! Lá estavam vários brasileiros que, aliás, foram me homenagear, mas disseram: "*Paulinelli, na sua advertência, na sua informação ninguém acreditou*". E eu falei: "*Não tem importância. Eu tenho a obrigação de voltar aqui todo ano e vou acompanhar isso*". Quero dizer aos senhores que hoje eu chego lá e sou ouvido, porque o Brasil não tem só uma segunda safra, ele tem a grande safra que está produzindo hoje 75 milhões de toneladas de milho após a soja.

Como mineiro esperto que sempre fui, eu lanço uma réplica. Se vocês estão assustados com a segunda safra brasileira, escrevam porque eu ainda vivo quero ver o Brasil produzindo três safras: a da irrigação. Já estou vendo. Eu sou curioso e acompanho esses estudiosos que estão aqui acima do Paralelo 22. Toda irrigação que nós temos hoje já produz três safras. São poucos ainda, não passam de 2,5 milhões de hectares, mas já produzem três safras.

Portanto, vamos parar e perguntar: qual é o custo da irrigação no Brasil hoje? Eu pergunto aos senhores, àqueles que montaram os seus processos. Já vi variando de 6 mil a 10 mil, às vezes até um pouco mais, dependendo da profundidade e da distância da



água, mas é o valor real. Para se arrumar o Cerrado, não se está gastando também a mesma coisa? E você ainda leva pelo menos 2 anos para a correção química. Você vai levar 5 anos para que ele tenha efetivamente a sua correção, e ele gasta no mínimo, portanto, 6 ou 7 anos, ou até mais.

Esta foi a milagrosa viagem que fizemos nesses últimos 40 anos. Pegaram um Cerrado bruto e o corrigiram quimicamente. Faz-se uma correção física e, em terceiro lugar, uma correção biológica, que vai resolver definitivamente a competitividade brasileira.

Portanto, nós temos tempo e dinheiro — caro! E precisamos acordar para a necessidade de um mundo que não vai esperar o Brasil abrir novas áreas. Hoje nós temos vários problemas ambientais — deturpados, na maioria deles, mas que nos prejudicam. Acham que nós estamos acabando com o Bioma Cerrado. Eu fico estupefato: já dizem que nós acabamos com a Amazônia, quando não foram usados nem 8% da Amazônia. E não da Amazônia, porque existe aí um erro perigosíssimo: a Amazônia Legal tem 51% do território brasileiro; e a Amazônia trópico úmido, ninguém a conhece até hoje. É um terço? Não sei se é esse o valor. Portanto, existem erros. Da mesma forma, falam lá fora que nós estamos acabando com o Cerrado. Hoje nós não usamos nem 20% do Cerrado brasileiro. Portanto, 80% do Cerrado brasileiro está preservado.

Meus amigos, há a necessidade de se colocar alguns pontos fundamentais. Para fazer a abertura de novas frentes, vamos ter que usar mais máquinas, mais produtos, mais infraestrutura, mais tratores, vamos ter que usar mais tudo que custa dinheiro e investimento. Eu tenho visitado, com muita frequência e ênfase, os produtores irrigantes das áreas de Cerrado ou de áreas dos trópicos e tenho visto, com muita alegria, que eles já estão produzindo três safras. Isso significa que, se o Brasil não tem recursos suficientes para os grandes investimentos que nós fizemos na década de 70, pelo menos tem recursos suficientes para chamar a iniciativa privada.

Já conversei com tantos produtores — e vejo alguns deles aqui — de equipamentos! *"Vocês têm condição de trazer mais equipamentos para cá?" "Temos." "Por que não trazem o equipamento?" "Falta de recursos." "Vocês têm recursos lá fora?" "Temos." "A que valor?" "A 4% ou 5%." "Se o daqui está custando 8%, 9%, mais os 'encargos' — entre aspas —, totalizando 12%, por que vocês não trazem esse dinheiro?" "Porque não temos garantia." Isso é interessante. Será que o Brasil não é capaz de fazer*



um fundo garantidor para que venham mais equipamentos, de onde vierem, para atender essa nossa demanda? Isso significa que nós triplicaríamos ou quadruplicaríamos a nossa capacidade de crescimento de irrigação no Brasil, especialmente esta irrigação que está mais aceita, seja a irrigação de pivô, seja a localizada.

Meus amigos, estamos claramente diante de um dilema. O mundo precisa do produto brasileiro, abre-nos o mercado e, por falta de recursos, não vamos atendê-los? Os recursos existem, o tecnológico, o científico. Meus amigos, quero dizer aos senhores que não há caminho mais rápido para atendermos a essa ansiedade mundial da segurança alimentar, que não seja pela irrigação. Nós dobraríamos — ou mais do que isso — a nossa safra e estaríamos tranquilos.

Mas quero dizer aos senhores que antes, para se poder fazer isso — quem conhece bem a situação brasileira sabe disto —, tem que haver a modificação no conceito do uso da água. Se nós continuarmos a entender, sob o ponto de vista de recursos básicos, que a água só vale no caudal, nós estaremos perdidos.

Por que o Brasil tem que jogar do São Francisco mil e tantos metros cúbicos no mar? Do Amazonas, pegando-se um barco, a 20 quilômetros da boca do São Francisco, vamos ver o mar com a mesma concentração de cloreto de sódio que ele já tem. Não há como o Brasil querer pensar que vai dessalinizar o mar. Nós temos que usar estes recursos aqui.

E há outra coisa: a nossa legislação está com o conceito errado. Vejam o Código Florestal exigindo — e vejo isto com preocupação — que se resolva o problema do São Francisco com reflorestamento ciliar. Reflorestamento ciliar não aumenta uma gota d'água, ao contrário, pode até retirá-la. É evidente que nós precisamos, não só para proteger o rio, não só para a beleza, manter o reflorestamento ciliar.

Nós estamos com a mania de fazer a preservação — e vejo isto na mídia permanentemente — nas nascentes. Meus amigos, nascente é um termômetro! É evidente que você não pode quebrar o termômetro, deixar a vaca e o boi irem lá e pisarem, mas não significa nada proteger a nascente, pois esquecemos do principal: a recarga. Esta é a chave para que se recuperem os nossos mananciais.

E quem melhor do que o produtor brasileiro para cuidar da recarga? Por que nós ficamos com a legislação amarrada de que tem que se ter uma outorga, que não sai nunca? Desculpem-me, mas eu reclamo sim, porque na terra deste moço aí tem pedido



de outorgas para o café, que é o melhor café do Brasil, com 12 anos sem resposta, até hoje! E a água está correndo lá. Eu sei que o órgão em que o senhor atua não tem condições de atender a todos, mas este é um problema que temos que resolver. E tem que sair daqui do Congresso. Não temos outra alternativa.

Chamem o produtor e perguntem-lhe: *"Qual é a necessidade que você tem?"*; *"Dois metros cúbicos por segundo"*. Meça na recarga a quantidade, pela chuva média, que você tem que proteger, fazendo enxurrada zero nessa área. Se você fizer isso, automaticamente você precisa ter o direito de outorga. Isso já existe em outros países e funciona muito bem! E não falta água! Ao contrário, a água no mundo é a mesma de 400 milhões de anos atrás. Agora é que nós estamos mandando, por satélite, 100 a 200 litros em cada um deles. Isso não vai nos prejudicar, não. A água do mundo é a mesma. Ela precisa é ser gerenciada, trabalhada, protegida e bem administrada. E nós vamos ter água suficiente para isso. Se não houver essa mudança de conceito, Presidente, nós não vamos sair deste círculo inverso em que caímos.

Eu venho aqui, com muita satisfação, para atender ao chamamento desta Comissão da Câmara, porque sei que aqui nós podemos tomar a iniciativa de resolver definitivamente esse problema. A minha experiência é a de um profissional que já tem 60 anos de formação e que vive o problema da irrigação. Eu fui professor de irrigação e me lembro bem da primeira aula que eu dava aos meus alunos: *"Cuidado com a relação entre custo e benefício"*. Naquela época, só se produzia uma safra. Hoje, com três safras, eu tenho que mudar a minha aula inicial: *"Pode fazer, porque você tem capacidade de pagamento em 2 anos, 3 anos ou até 4 anos, no máximo"*.

Meus amigos, está em nossas mãos a definição. Vamos resolver esses problemas burocráticos que nós temos. Não se pode persistir num erro de visão clara como este. Vamos dar condição ao produtor de usar. Eu quero fazer para vocês um desabafo: o agricultor brasileiro hoje sabe usar a Lei de Liebig, sem precedente. Ele corrige o fósforo, o potássio, o nitrogênio e mais 143 microelementos, mas não é capaz de verificar que o fator limitante dele é a água e que as nossas safras têm sido hoje uma senoide, em função das chuvas. Vamos regular a água também, por que não? É um dos fatores que ele pode usar tranquilamente, de forma administrada.

Vejo nessa sua proposta, meu caro Deputado Zé Vitor, uma das iniciativas que mais me animam: colocar em discussão neste Congresso os fatos reais sobre o potencial da



irrigação no Brasil. Nós somos um país tropical, não precisamos depender de clima, como dependem os nossos concorrentes que só têm 6 meses no ano para produzir. Nós produzimos nos 12 meses do ano e fazemos tranquilamente três safras. Vamos resolver o problema brasileiro através da irrigação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, nosso eterno Ministro!

Eu sei que o senhor tem outras tarefas. Fique à vontade para se ausentar, quando achar conveniente.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Vou orientá-los sobre os próximos passos. A audiência pública é um pouco engessada, nós temos algumas formalidades a seguir, mas vou tentar quebrar algumas, de maneira bem breve, porque nós já estamos há um bom tempo aqui, batendo um bom papo.

Vou abrir espaço para algumas perguntas. Já recebi algumas pelo WhatsApp. Vou permitir que os senhores façam duas ou três. Passarei a bola para os nossos expositores, que já aproveitarão a oportunidade para fazer as suas considerações finais, para caminharmos para o fim. Num outro momento, vamos propor a oportunidade de um fórum, em que tenhamos mais espaço para debate. Muita coisa bacana foi falada aqui.

Sr. Mychel, eu até gostaria que, em suas considerações finais, o senhor falasse um pouco, mesmo que superficialmente, sobre o Águas do Agro. Nós podemos falar também sobre os Programas do ZAP — Zoneamento Ambiental Produtivo. Acho que nós temos muita coisa bacana pela frente!

Portanto, vou fazer isto: vou abrir espaço para duas ou três perguntas e já encaminhar a reunião para as considerações finais

Alguém se dispõe a fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Fique à vontade, Sr. Fernando. Peço apenas que se apresente, dizendo o seu nome e de onde veio, para que fiquem registrados os dados.

O SR. FERNANDO FARIAS - Meu nome é Fernando Farias, sou representante da Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Em nome do nosso Presidente Francisco Sérgio, o Serginho, trago um abraço e manifesto a satisfação de poder participar deste evento. Agradeço ao Deputado Zé Vitor e à Mesa a possibilidade de discutir com mais eficiência este tema.



Quero dizer que o Dr. Alysson, como sempre, não fala: ele dá palestra, ele ensina a gente! A nossa atuação vai muito no sentido dessa perspectiva de enxergar o futuro e pensar nele.

Nesse sentido, eu gostaria de fazer uma pergunta à Dra. Marília, um pouco mais focado no aspecto de Minas Gerais. Em relação à perspectiva de crescimento na área irrigada no Brasil, se nós falarmos de 70 milhões de hectares como possibilidade de crescimento, nós teremos, como muito bem disseram os expositores, dois limitantes. O primeiro deles é energia, e o segundo é água, de fato.

Com relação ao aspecto da limitação que a água oferece, Dra. Marília, há no Estado de Minas Gerais várias áreas já declaradas como áreas de conflito, e sabemos que nessas áreas as medidas de reservação podem nos permitir a manutenção daquilo que está posto como área irrigada e, em alguns casos, até alguma expansão dessa área irrigada. Nesse sentido, nós reconhecemos que, principalmente na região noroeste de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, nós temos áreas em que esse limite já foi atingido.

E ouvi nas palestras, principalmente nesta, algo que nos interessa muito em relação a Minas Gerais e ao órgão gestor: para que lado vão as diretrizes da gestão? Ficamos muito empolgados ao ouvir as falas. Desde a época da Dra. Maria de Fátima, sempre se apoiaram essas iniciativas de reservação. Porém, paramos em alguns aspectos de ordem administrativa e burocrática.

Por fim, eu não ouvi — e gostaria que a Dra. Marília pudesse se manifestar — comentários em relação ao aspecto da organização. Se nós temos o problema da limitação da água e temos meios para atingir ou resolver este problema com a reservação, nós já temos em algumas dessas bacias, principalmente nessa área onde a perspectiva de crescimento maior está na área irrigada, a limitação da disponibilidade. Portanto, há duas formas de se resolver isso: ou eu vou diminuir a demanda, porque já atingi os limites viáveis de uso de água; ou vou transpor, e aí vou passar por uma regra muito mais complicada de gestão da água. De maneira geral, a gestão interna seria uma alternativa para se resolver a questão. Qual é a visão do IGAM com relação a esses locais onde já se atingiu a limitação e que necessitam de ações nesse sentido? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Sra. Marília, peço que espere só um instante, por favor.



A SRA. MARÍLIA CARVALHO DE MELO - V.Exa. vai juntar as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Exatamente. O Sr. Fernando já se manifestou, e o Sr. Bruno também se manifestará.

Alguém gostaria de fazer mais alguma pergunta? *(Pausa.)*

Vou passar a palavra para o Sr. Bruno. Em seguida, abrirei a palavra a Mesa, para respostas e considerações finais.

Sr. Bruno, apresente-se. Fique à vontade!

O SR. BRUNO - Bom dia a todos! Meu nome é Bruno. Sou hoje Coordenador Regional da Unidade Regional do IGAM do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Deputado, primeiramente quero parabenizá-lo pela iniciativa. Acho muito importante colocar em pauta esta discussão.

Eu tinha várias perguntas a fazer, mas vou ser mais sucinto. A pergunta que eu gostaria de fazer é sobre a questão que está até um pouco vinculada à questão de reservação de água. Qual seria hoje a grande dificuldade, qual seria a dificuldade de declarar esses instrumentos de reservação — por exemplo, as próprias barragens em pequenos cursos de água — para a utilização na própria irrigação? Qual seria o maior desafio hoje para conseguir declarar essas estruturas como de utilidade pública?

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Vamos primeiro ouvir a Sra. Marília. Depois ouviremos de lá para cá, iniciando com o Sr. Lineu.

A SRA. MARÍLIA CARVALHO DE MELO - Sr. Fernando, agradeço a sua pergunta. Eu abordei brevemente na minha fala essa questão, por causa do tempo. Até a passei para o WhatsApp do Deputado Zé Vitor, enquanto estávamos conversando, alguns pontos.

Nós fizemos um levantamento: temos 53 mil barragens de água no Estado de Minas Gerais, de todos os tamanhos. A maioria é de pequenas barragens. Você também sabe que recentemente nós aprovamos no Conselho Estadual de Recursos Hídricos uma alteração do critério de uso insignificante para barramento, como fomento a barramento, especialmente na região do Semiárido, onde nós não temos água, onde há rios intermitentes, ou seja, onde em épocas do ano não há água. Nós alteramos um critério que era de 3 mil metros cúbicos para outro de 20 mil metros cúbicos. Portanto, temos uma política de fomento ao barramento. Onde esbarra o problema?



Inclusive, eu sou hidróloga de formação, com mestrado e doutorado na área, você sabe disso. Não existe aumento de disponibilidade hídrica a curto prazo, como o nosso Ministro Paulinelli muito bem mencionou, que não seja por meio de reservação. Nós temos que agregar infraestrutura construída com infraestrutura verde para que tenhamos sustentabilidade a longo prazo; mas, no curto prazo, não há outra solução: ou se reduz demanda, ou se aumenta disponibilidade.

Qual é o problema, especialmente na região em que você atua, na região que você menciona? São limitantes ambientais. O primeiro é intervenção em APP. Eu estava até conversando com o Deputado Zé Vitor, trocamos uma ideia sobre isso. Quando a Cleide ainda era Diretora-Geral do IGAM — Dr. Paulinelli, o senhor se lembra muito dela —, fizemos uma proposta de projeto de lei. Agora, o Deputado Zé Vitor capitaneou o retorno de uma nova proposta, com avanços, para que possamos considerar barramento, especialmente para pequenos cursos d'água, de interesse social, para que possamos ter intervenção em APP com menos restrições. E nós temos a questão do buriti. Em algumas regiões, esse é o grande impeditivo. Existe uma lei no Estado de Minas Gerais, aprovada na Assembleia Legislativa, que estabelece que o buriti é um tipo de formação que não pode ser, de forma alguma, suprimida.

Através de uma ação junto com a Secretaria de Meio Ambiente, nós alteramos o direcionamento das SUPRAMs em relação à exigência de EIA-RIMA para construção de barramento, que também era um ponto que os produtores rurais nos demandavam. Temos dialogado muito com a nossa Secretária Ana Valentina sobre esse assunto.

Voltando à pergunta, hoje o nosso problema são legislações específicas ambientais. O IGAM já demonstrou isso. A proposição da alteração do critério de uso insignificante partiu do IGAM. Essa foi uma das nossas primeiras ações de alteração legislativa na área de recursos hídricos, ampliando o critério de uso insignificante. Agora nós temos que pensar e batalhar juntos para superarmos esses impeditivos, é claro, de maneira sustentável, pensando sim na conservação do solo e das florestas, mas garantindo aumento de disponibilidade nos lugares onde precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Sra. Marília.

Sr. Lineu, fique à vontade. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre essa questão do uso de interesse social, sobre quais desafios o senhor enxerga em relação a isso, se se trata de uma oportunidade de reservação, etc.



O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES - Posso sim. Até abordei o tema em minha palestra, mas posso explicar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Obrigado.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES - Como vou finalizar, já parablenizo V.Exa. pelo evento. Acho que esta Casa tem que fazer mais debates, porque este é o principal lugar para discutirmos e realizamos esta conversa, trazendo informação mais qualificada.

Eu queria dizer que, para atingirmos esse aumento de produção que vai ser necessário até 2050, passaremos pela irrigação, disso não há dúvida. Isso passa pela irrigação porque a agricultura vai sofrer várias pressões.

A agricultura, hoje, é multifuncional. Na minha época, lá atrás — lembro-me, lá em Unai —, a agricultura era só alimento: era um pouco de milho, um pouco de feijão, mas hoje é multifuncional. Há fibras e várias outras coisas.

E há essa questão das mudanças climáticas, um debate grande. Podemos discordar de algumas coisas, mais isso vai impactar a produção de alimento. Nós temos a questão ambiental e há vários outros fatores, como o crescimento populacional. A população está não só crescendo, mas também demandando mais alimentos, e alimentos diferenciados. A China comia só arroz; hoje, quer carne. Portanto, estamos chegando a uma fase em que a agricultura vai ser pressionada cada vez mais. Vai ser pressionada a produzir mais, para a população crescente. E não há outro jeito: isso vai passar pela irrigação, com a qual se pode produzir até 3 ou 4 vezes mais do que se produz com uma agricultura de sequeiro.

E há o principal, como mostrei na minha palestra, que é estabilidade na produção. Não há como se fazer planejamento de qualquer coisa, se não há estabilidade na produção. A agricultura irrigada dá essa estabilidade. Consegue-se saber, consegue-se planejar, consegue-se mais segurança alimentar. Portanto, nós temos que lincar segurança alimentar com irrigação, com segurança hídrica e com segurança energética. São vários fatores que passam por isso.

A agricultura irrigada se diferencia da agricultura de sequeiro porque necessita, em alguns momentos, de um pouco de água — dependendo da época, muito pouco ou um pouco mais —, da que chamamos de água azul, aquela água que vem do rio. Na época seca, como mostrei na palestra, o que mantém as vazões dos rios são as recargas, como o Dr. Alysson colocou muito bem, a recarga e a conservação do solo. Quando se põe uma



cidade, essa é a pior coisa que existe. O melhor lugar para se recarregar é no campo, com o produtor. Será ali que nós teremos essas vazões que vão propiciar o uso dessa água azul, que vai complementar a irrigação, que vai trazer um dos elementos essenciais para o crescimento da planta, que é a água. Se dependermos só da chuva, não conseguimos.

E dentro dessa questão de água há vários fatores. A gestão, como eu mostrei, é um dos desafios. É um desafio porque somos um País continental. Gestão é algo complicado. A nossa Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é complicada, pois trata de rio estadual, de rio federal, etc. São várias dificultantes. Contudo, dentro disso, barramento é fundamental. Não há como fazermos hoje uma agricultura irrigada sustentável sem barragens. Sobre essas barragens pequenas de que falamos aqui, temos vários estudos, elas não trazem prejuízo algum. Têm só que ser melhor organizadas e melhor coordenadas.

Estou finalizando um trabalho agora, publicando-o em uma revista importante, junto com um estudante que era da Agência Nacional de Águas e hoje está na Austrália. Mostramos quanto esses pequenos barramentos aumentam a disponibilidade hídrica da bacia. Agora nós temos que trabalhar, Marília, como cooptar isso na outorga, como agregar essa água armazenada na outorga, porque é significativa. É uma estrutura fundamental para mitigar mudanças climáticas também, a irrigação e a barragem.

É importante, noutro ponto, termos melhor comunicação com a sociedade, trazermos essa visão de informar. Quando se diz, por exemplo, que agricultura consome muita água, este é um termo inadequado. Nós temos muita água na maior parte do Brasil, então nós temos que reservar essa água quando temos muito dela. Precisamos trazer informação qualificada. É o que fazemos aqui. Precisamos ter uma participação mais efetiva da sociedade, mas com base em informações técnicas. Este debate é importante, mas tem que ser com base em informação técnica.

E a irrigação é a principal tecnologia que o homem conseguiu inventar e colocar no campo. Não existe outra. Isso está publicado naquele livro que mostrei para os senhores. Muitas vezes, no campo, você pergunta para o produtor, e ele fala que é a biotecnologia ou, agora, a integração de lavoura, flora e floresta, mas não há nada que se compare com a irrigação. Contudo, ela é tão comum no nosso ambiente hoje, que nos esquecemos da agricultura irrigada como fundamental para aumentar a produção e dar estabilidade à produção. Ela depende de água, e essa questão da água depende da sociedade. Por



isso, a sociedade tem que participar dos comitês, tem que ser ativa, porque é lá que se define a prioridade da água.

Finalizo a minha fala dizendo que, em plena seca do Distrito Federal, no ano passado, eu tirei uma foto de uma pessoa aguando o jardim e reclamando da irrigação que produz alimentos no campo. Portanto, é uma decisão nossa. Pode ser que seja correto para a sociedade o uso da água para irrigar o jardim, então vamos assumir que irrigar jardim é mais importante do que produzir alimento, mas isso tem que ser claro. É assim que se define, é assim que se pontua, é assim que se faz um planejamento nas bacias, deixando claras as suas características: *"Essa é uma bacia agrícola, essa é uma bacia com mais vocação industrial..."* Assim, a coisa foi melhor.

Eu agradeço a participação. Obrigado! Era o que eu tinha a dizer. Estou à disposição para outros convites.

Ressalto que o Triângulo Mineiro é uma região boa de se visitar!

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Você é de lá, não é, Sr. Lineu? Sem brincadeira ou piada, vejo que você é de Uberaba, ela é de Uberlândia e eu sou de Araguari, a bela Araguari. Sem piadas aqui, senão vamos acabar com esta reunião agora! *(Risos.)*

Fique à vontade, Sr. Alysson.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Se V.Exa. me permitir, eu vou somente colocar aqui uma questão que para mim é muito preocupante. Nós estamos com muita preocupação com relação ao problema da água sob o ponto de vista do visual. A barragem pode ser de três formas. Pode ser uma barragem que prende a água ao ar livre, mas pode também estar no manancial. Você tem como ampliar o seu manancial e dar a ele as condições de reservação suficientes para a época do ano em que você precisa. Aliás, esse é o ideal, é o ideal! Nós não podemos perder a chance de nos preocupar com os nossos lençóis tanto freáticos quanto aquíferos. Essa deve ser a nossa grande preocupação, e nós ficamos nos fixando no caudal!

A quem está preocupado com o caudal vamos pagar uma passagem para ir à China? Lá há dois fatos tenebrosos. O Rio Pó há 8 anos não vai para o oceano, e o grande rio deles, que é equivalente ao nosso Amazonas aqui, o Yangtzé, o Rio Mosquito, só vai para o oceano 4 meses no ano. Estou agora indo exatamente para ver os efeitos no Rio Nilo, que já tem dois sentidos: numa época do ano, ele entra — a água salgada



está dando problema de salinização, e a EMBRAPA está sendo chamada para ajudá-los lá — e, em outra época, ele corre. Este é um ponto que nós precisamos analisar. Lá a sociedade sabe que depende da água e está topando enfrentar esse problema. Agora para que nós vamos manter manancial aqui?

Eu tinha uma briga com IGAM em Minas, porque, enquanto São Paulo faz uma legislação para uso de 70%, Minas faz para uso de 30%.

A SRA. MARÍLIA CARVALHO DE MELO - Agora faz para 50%.

O SR. ALYSSON PAULINELLI - Agora é para 50%?

Eu acho que essa é uma questão de visão. A água no caudal deve ser olhada como um bem que ainda pode, enquanto está dentro do caudal, ser utilizado, e a água é utilizada para o abastecimento de cidades e de indústrias, para a beleza, para a produção biológica de peixes e outros seres vivos. produção biológica de peixes e outros seres vivos. Mas vamos tomar cuidado! Essa nossa preocupação de levar água para o oceano é uma burrice que tem que ser corrigida. Não existe isso, em bom sentido, nos países desenvolvidos.

Gente, quando vou aos Estados Unidos e vejo o leste do *Corn Belt* hoje virando uma área única plantada, eu me ajoelho e dou graças a Deus: ainda bem que aquele deserto é frio. Senão, eles acabariam com a potencialidade da agricultura brasileira. Eles iriam produzir três vezes ao ano. Só produzem uma vez, porque o frio não os deixa produzir mais. No entanto, eles já conseguiram transformar aquele deserto, areia pura, num dos grandes centros produtores dos Estados Unidos. A nossa vantagem é que é uma vez só ao ano. Por que não vamos fazer aqui duas vezes, três vezes, como já temos chances, e até quatro vezes? Uma pessoa veio me falar que algumas culturas dão até mais de quatro vezes.

Nós precisamos mudar esse conceito. Barragem deve ser feita onde puder sustentar as chuvas da região. A chuva tem que ficar onde ela caiu. Esse é o ponto principal que temos que discutir. Mas não! Dizem que nós temos que mandar metade ou um terço para o oceano. Por quê? Para quê? Qual é o benefício que essa água faz para o oceano? Nenhuma, absolutamente nenhuma.

Felizmente, o Brasil cada dia descobre mais. Os colegas da Marília aqui estão me dando uma notícia muito boa. Além do Guarani, que é considerado o maior aquífero do



mundo, Alter do Chão está sendo descoberto agora na Amazônia e é no mínimo duas vezes maior do que o Guarani.

Então, eu acho que o problema da água no Brasil precisa voltar a ser discutido de forma mais racional. Existe água suficiente para botar os 70 milhões de possibilidades que nós temos hoje de serem irrigadas. Basta tomarmos decisões racionais. Não tenho dúvida disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Sr. Alysson.

Marília, fique à vontade para encerrar.

A SRA. MARÍLIA CARVALHO DE MELO - Farei minhas considerações finais.

Na verdade, eu queria mais uma vez parabenizar o Deputado Zé Vitor por esta iniciativa, porque é muito importante trazer esta discussão para este lugar. Como mencionamos, os limitantes estão muitas vezes na legislação. Então, é aqui que essas soluções, Zé Vitor, serão trazidas para benefício da sociedade. Você tem sido uma pessoa que tem batalhado por essas soluções aqui no Legislativo. Por isso, eu queria parabenizá-lo.

Coloco o IGAM à disposição e, como eu disse no início, eu trago aqui um abraço do Secretário Germano e agradeço por incluir a Secretaria de Meio Ambiente na discussão sobre a importância da irrigação no nosso Estado como fator de desenvolvimento e proteção ambiental.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Marília.

Mychel, por favor, fique à vontade.

O SR. MYCHEL FERAZ - Antes de mais nada, quero agradecer por este momento e parabenizá-lo pela iniciativa. O MAPA está de portas abertas para esse tipo de debate e qualquer trabalho com relação à agricultura irrigada.

Em relação ao programa Águas do Agro, o que realmente vai significar é o que o Lineu, o nosso eterno Paulinelli e a Marília falaram. Águas do Agro é um programa que está nos olhos da Ministra, vai muito no viés da conservação de água e solo. Então, Águas do Agro tem como ponto central o desenvolvimento rural sustentável em micro bacias hidrográficas, visando potencializar sistemas produtivos que evitem a perda de solo e água e assim garante melhor suplemento de umidade durante o período de



estiagem. Certamente, o setor faz parte dos sistemas produtivos que controlam a erosão, tudo aquilo que falamos hoje dentro desse debate.

Esse programa vai ser lançado nos próximos meses. Nós ainda estamos em fase de elaboração. O Lineu tem contribuído bastante para isso. Então só temos que agradecer este momento. Virá um próximo momento para colocarmos em pauta esses trabalhos sobre irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Mychel.

Eduardo, obrigado pela presença. Mande um abraço para todos da CNA, para o Zé Mário.

Fique à vontade para as suas considerações.

O SR. EDUARDO VERAS DE ARAÚJO - Obrigado, Deputado. Mais uma vez agradeço o convite em nome da CNA e o parabenizo.

Queria fazer algumas colocações. Eu acho que, de tudo o que foi falado, Deputado, discutimos temas importantes, mas temos ainda que frisar outros pontos, como foi colocado aqui na Resolução nº 800, o desconto para irrigação para os irrigantes em horário reservado. Isso é de suma importância para viabilizar uma quantidade enorme de culturas.

Essa questão do Buriti não é uma questão específica de Minas. Goiás também sofre com isso. Como somos norteadas pela ciência, eu acho que temos que arrumar uma compensação por isso. Existe maneira de plantar Buriti em outro lugar. Se há como retirar um Buriti para construir uma reservação de água e garantir a segurança hídrica, nós temos que utilizar a tecnologia para fazer essa compensação em outros lugares.

Falando de eficiência de irrigação, o nosso braço de treinamento SENAR Central, com seus cenários em nível de Estado, tem feito vários treinamentos. A agricultura de hoje está na era da robótica, da realidade virtual, e colocamos à disposição aqui o nosso SENAR Central.

Outra questão importante que foi colocada aqui e que nós temos que levar para todos os Estados é a questão da irrigação complementar suplementar. Naquele período em que nós temos uma abundância de água, temos um veranico, acho que temos que utilizar essa tecnologia para ter uma safra cheia, seja de milho, de soja. Então, a comissão de irrigação da CNA está à disposição e aberta à discussão. Estaremos aqui toda vez que for possível.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Eduardo.

Eu queria saber se você, de pronto, teria duas considerações a fazer: uma é se o MDR tem alguma posição sobre esse projeto de lei que nós apresentamos e que considera barramento de pequenos cursos d'água como uma obra de interesse social. Há alguma consideração sobre isso? Talvez não seja.

Eu ouvi rumores, quando nós apresentamos esse projeto, de que talvez o MDR tivesse alguma consideração a fazer. Queria saber se você sabe de algo ou não. O MAPA eu sei que tem.

Já vou passar a próxima pergunta ao Valdir para ele se organizar.

Eu tenho recebido muitas solicitações pedindo a nossa interferência sobre o que você trouxe, Valdir. Você foi um dos que apresentou a necessidade de outorga para o benefício do desconto de energia elétrica. Salvo engano, eu vi isso na sua palestra. Posso estar enganado. Inclusive, veio dos cafeicultores do Cerrado a obrigatoriedade da outorga para se conseguir isso.

Foi você que trouxe, Eduardo?

O SR. EDUARDO VERAS DE ARAÚJO - A Resolução 800 reza sobre esse artigo. A concessionária de Goiás foi a primeira a fazer a exigência. Dentro de 6 meses, ela exigirá, e quem não tiver mais outorga... Mas, como nós temos esse problema, em todas as Secretarias de Meio Ambiente do Brasil, dessa demora de outorga e de licenciamento, nós vamos ficar todos inviáveis em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Está bom, então eu me confundi. Foi o Eduardo que trouxe a questão.

Eduardo, diante da CNA — vejo alguns membros da FBA aqui —, acho extremamente importante discutirmos esse assunto nas próximas reuniões. Esse é um grande problema que nós vamos enfrentar agora nos próximos meses. A Federação dos Cafeicultores do Cerrado me trouxe essa questão, Fernando, e essa, de fato, merece uma grande atenção. Eu reconheço, até porque fui servidor do órgão, o empenho do IGAM — na época, era tudo junto, agora, separou, não é Marília? Reconheço o sacrifício do SISEMA — Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Está aqui o Bruno, que tem feito um grande trabalho na região, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Foi um esforço descomunal.



Quantos processos nós temos lá ainda, Bruno? Seis, 7 mil ainda? Cinco mil processos de outorga para serem analisados. Reconheço que nós não podemos premiar aqueles que estão na clandestinidade, mas também nós não podemos punir aqueles que estão tentando a regularização, não é verdade? Iremos ajustar isso daí.

Fique à vontade, Sr. Valdir.

Caminhando para o fim, logo passo a palavra ao Sr. Valdir.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO - Sou José Silvério, do Ministério da Agricultura.

A proposta do Deputado Zé Vitor foi submetida à nossa apreciação na coordenação.

Nós estamos envolvidos em todas as grandes questões que dizem respeito à agricultura irrigada. Nós consideramos o projeto de relevante interesse social e de baixo impacto ambiental. A questão do barramento, hoje, é um ponto central para viabilizar a agricultura.

Sintetizando, nós estamos completamente de acordo com o projeto de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Valdir, fique à vontade.

O SR. VALDIR JUSWIAK - Agradeço novamente ao Deputado Zé Vitor a oportunidade e coloco o Ministério de Desenvolvimento Regional, através da Secretaria, à disposição.

Com relação a esses dois temas, à outorga, a Resolução 800 fala sobre licenciamento ambiental. Então, algumas distribuidoras não estão concedendo desconto, já estão cobrando também a questão da licença. Ou seja, não só a outorga, mas também a licença ambiental. Esse é um grande gargalo, tendo em vista que a Resolução do CONAMA 284 prevê a necessidade de licenciamento ambiental dos empreendimentos de irrigação que, na realidade, não é um empreendimento, é uma prática, uma técnica que é utilizada.

Quanto à questão do interesse social, esses dois temas, tanto da energia e do barramento, outro colega de outro departamento que a tem acompanhado, o Rodrigo. Inclusive, hoje, ele está em São Paulo, trabalhando junto com a ABIMAq. Mas ele tem me passado algumas informações. A Secretaria tem-se posicionado favorável, tem emitido, através dos seus documentos, nota técnica, reforçando o seu apoio a esse pleito, e não poderia ser de forma diferente. Fizemos inclusive nota técnica conjunta com o Ministério da Agricultura defendendo o pleito, trabalhamos quando da apresentação da emenda colocada na medida provisória, que foi aprovada por esta Casa, pelo Congresso e vetada



na época pelo Presidente. A Secretaria tem trabalhado efetivamente. Da mesma forma, como o Lineu colocou também como prioridade, há a questão da regulamentação da lei. A lei foi publicada em 2013 e até hoje nós não conseguimos ainda a regulamentação dela. Na época da Secretaria de Irrigação, nós elaboramos uma minuta de decreto que foi encaminhado em metade do ano de 2016 à Casa Civil. Anteriormente, foi feita uma discussão com todos os setores da agricultura irrigada, envolvendo todos os Ministérios, foi aprovada a minuta, e ela ficou parada. Já fizemos várias cobranças, estamos trabalhando paralelamente até com a atualização dessa minuta do decreto. Talvez, Deputado, tenha havido algumas manifestações e encaminhamento de alguma proposição de alteração da própria lei. Trata-se de um projeto de lei, cuja lei teve 15 anos para ser editada, e nós entendemos hoje que ela já está defasada, inclusive com essas lacunas da questão ambiental.

Então, o Ministério tem trabalhado nesse sentido.

Eram essas as considerações e o nosso agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zé Vitor. PL - MG) - Muito obrigado, Valdir.

Meus amigos, nós estamos caminhando aqui para o fim.

Quero dizer que saio com um sentimento muito bom de que nós sabemos o que temos que fazer ou boa parte daquilo que temos que fazer, e agora chegou a hora de fazê-lo. Então, é importante para nós todos nos conhecermos, conhecemos os atores desse processo, boa parte deles está aqui hoje presente. Nós temos mesmo que articular essas políticas públicas para não remarmos para lados opostos. Sem dúvida nenhuma, há alguns desafios na legislação. Nós estamos discutindo a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, estamos discutindo esse nosso projeto de lei que considera barramentos em pequenos cursos d'água como sendo de interesse social. Podemos discutir se é necessário também tratá-los como de utilidade pública, nós vamos avançar nesse debate.

O mundo espera muito de nós e, por uma questão de segurança alimentar, todos estão contando e precisando do Brasil. Nós temos outros temas importantes e interessantes a serem tratados aqui, como a questão da recuperação de áreas degradadas, o incentivo à pesquisa. Nós temos que aproveitar ao máximo a genética. Mas, sem dúvida nenhuma, pensando em segurança alimentar, cada vez me convenço mais de que a irrigação é um dos principais pontos, senão o principal, para garantir alimento para as pessoas e também alimento para as cadeias produtivas que nós temos



por todos os cantos. Daqui a pouco, são quase 10 milhões de boca para comer, é muita gente. E isso passa por nós aqui. Ninguém vai fazer essas alterações, senão nós, que estamos aqui dispostos a fazer isso.

Então, quero muito agradecer a cada um de vocês e pedir desculpas por esse formato de audiência pública, que, de fato, é muito engessado, há umas regras, as formalidades são necessárias, mas isso não impede de irmos aos gabinetes. O Eduardo está muito preocupado com a questão da falta de irrigação para a cevada. Realmente, isso preocupa este Plenário. Mas nós vamos ter a oportunidade de conversar sobre isso.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão ao dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet no *link* Audiências Públicas.

Quero muito mesmo agradecer a presença de todos aqui, todos os convidados, todos os que vieram, agradecer aos Parlamentares que passaram por aqui, inclusive agradecer à nossa equipe do gabinete — muito obrigado pelo apoio e pela participação; agradecer aos servidores da Comissão de Meio Ambiente e a todos vocês que estão aqui presentes, a participação dos internautas que foram bastante participativos.

Declaro encerrada esta nossa presente reunião.

Muito obrigado.

Boa tarde, senhoras e senhores. Até a próxima. (*Palmas.*)